

*Cadernos de*

# **Sociomuseologia**

**Centro de Estudos de Sociomuseologia**

**POR QUE É CIDADÃO O JORNALISTA CIDADÃO?  
História das mídias e jornalismo cidadão  
de base comunitária na Maré**

Viktor Chagas

Rio de Janeiro, 2007-9

Fundação Getúlio Vargas (FGV)  
Centro de Pesquisa e Documentação  
de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)  
Programa de Pós-Graduação  
em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC)

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
**40 . 2011**



## **AGRADECIMENTOS**

Durante meus esforços de pesquisa, em um dia em que me encontrava na Divisão de Periódicos da Biblioteca Nacional, deparei-me, na mesa ao lado, com uma situação curiosa. Um outro pesquisador pedira a um dos funcionários que chamasse um senhor, responsável, me parece, pela indexação de periódicos e que não atuava costumeiramente no atendimento ao público. Quando este senhor chegou, todo vestido de branco e já bem de idade, abriu um largo sorriso de quem reconhecia o pesquisador. Ele, porém, só o reconheceria, de fato, durante a conversa.

– Estou aqui para agradecer ao senhor. A indicação que o senhor me forneceu foi certa. Eu consegui encontrar o documento que queria – disse o primeiro.

– Não precisa me agradecer. Não tem dinheiro que pague isso. Não precisa me agradecer – disse o homem, em voz alta na biblioteca, e sinceramente agradecido –. Se você quiser me ver feliz, a única coisa que eu gostaria é de ver o meu nome no seu livro. Coloca lá um agradecimento para mim. Coloca lá. Não tem dinheiro que pague isso.

É nesse espírito que eu me sinto compelido a citar nominalmente todos os que, da maneira que for, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. Se me esqueço de alguém ou se não lhe dou o devido destaque, não será por não atribuir valor à sua colaboração, mas por falta de memória – esta que é justamente um dos focos de meu trabalho.

Todos aqueles com que me alinhei ou me confrontei, todos os – como diria meu pai – meus aminimigos, todos os que me orientaram e também os que me desorientaram, todos os que leram uma ou outra coisa por cima de meus ombros e os que nunca lerão mas me emprestaram uma ou outra palavra para que eu usurpasse seu sentido nesta dissertação, todos os que eu li, todos os que permaneceram ao meu lado e me deram força e saúde, todos os que me escutaram me enxergaram tatearam minhas dificuldades, todos os que me deixaram subir por sobre seus ombros, a todos estes e a todos os demais, eu agradeço incansavelmente por me deixarem existir.

À minha mãe e meu pai. Aos meus avós (os que já foram e os que ficaram). À Carol. Ao Maurício. Às meninas. Ao Raul. Às meninas. Ao Simões. Ao Aluysio, e nesse meio tempo ao Vinicius (sem dúvida), ao Edison, ao Laudelino, à Felícia e tantos outros que sabem quem são e de onde vêm. Ao Gustavo. Ao Gabriel. Ao Gabriel. Ao Hugo. À Arlete e ao Zé Luís, apenas para reforçar (embora eles se incluam entre os meus avós)! À Daphne. À Ariana. À Camy. À Dani. À Dani. À Dani. À Olga. À Keli. À Cibelly. Ao Marcos. À Raquel. À Vivian. À Aline. Ao Rodrigo. Ao Sinésio. Ao Alan.

Ao Fernando. À Alessandra. À Rosane (que me orienta como se estivesse debaixo de uma figueira). Sobretudo à Bianca, que foi quem me mostrou luz no fim do túnel (jamais há acaso nessas coincidências que a vida nos prega). À Marieta. À Myrian. À Regina. À Ângela. À Verena. Ao Mário. À Dulce (colho ensinamentos mesmo nas caronas das viagens). Ao Carlos Eduardo, à Mariana, à Ilana. Ao Celso, à Maria Celina, ao Paulo, à Lúcia. Ao Luís Felipe, ao Wilson, à Rousiley (mesmo que não saibam que eu existo). À Laura, à Marta e à Regina. À Regina, ao Rafael, ao Ronaldo. Ao Reginaldo e à filha dele, Isadora (que estudou comigo). À Helena, e através dela à Cris. À Sandra. Ao Hermano, ao Zé, ao Ronaldo, ao Felipe, ao Tarek, ao Thiago, ao Saulo, à Oona, à Marie. Também à Juliana e à Cris. Ao Pedro (sem dúvida), ami et personal dictionnaire. E

mesmo ao Nelson; ao Jorge, ao Mário, ao Carlão, ao Marcelo, ao Henrique e ao Kepler.

Ao Antônio Carlos, ao Luís, à Cláudia Rose. Ao Marcelo, e através dele à Fátima. Ao Alceu José. Ao Wladimir. Ao João Batista e ao Cristiano (ainda que tenhamos tido um contato breve). Aos outros da Maré com que conversei e não guardei seus primeiros nomes. À Cláudia (por toda a ajuda que me deu). À Laura (pelo esforço natalino). Ao Adolfo. À Maria Cristina, ao André Luís, ao Jailson e à Taiana (ainda que só conheça os seus legados).

Ao Alexis. Ao Robert. À Alzira. Ao Robert. E talvez ao Mark. Ao Maurice. Ao Frierich. À Gaye. Ao Jürgen (sem dúvida).

Ao Theodor. Ao Max. Ao Herbert. Ao George Herbert. E ao Robert. Ao Nicolas. Ao Eric. Ao Andreas. Ao Pierre. Ao Pierre. Ao Pierre. Ao Victor. Ao Philippe. Ao Marc. Ao Christophe. Ao Carlo. Ao Giovanni. Ao Jacques. Ao Michel. Ao Michel. Ao Paul (por mais hermético que seja). À Beatriz. Ao Robert. Ao Roger. Ao Peter. E também ao Asa.

Ao Michael. Ao Michael. Ao Stuart. Ao Jay (sem dúvida). Ao Tanni. Ao Joseph e à Kathleen. À Elizabeth. Ao James. Ao David. Ao Robert. Ao James e ao Theodore. Ao Shanto. Ao Ralph. Ao Stephen. À Ana Carmen e ao Roberto. À Raquel. Ao Elias. Ao Marcos. Ao Steven. Ao Dan. À Cicilia Maria. À Raquel. Ao Gilberto. Ao Marcos. Ao Marcelo. À Alba. Ao Jesús (e não apenas o dos cristãos).



## DEDICATÓRIA

*Ao meu comandante.  
À minha cara Carol, que não quero que core.  
Om mani padme hum.*



## RESUMO

Afinal, *por que* é cidadão o jornalista cidadão? Foi esta a pergunta que desencadeou todo um esforço de pesquisa no sentido de identificar práticas comuns nas diferentes experiências de jornalismo cidadão. Para desenvolver e tentar ampliar o conceito trabalhado, a opção foi de analisar o espectro da comunicação comunitária, sobretudo em veículos que tiveram origem na área da Maré, no Rio de Janeiro, nas últimas três décadas. Assim, mapeando algumas dessas experiências e selecionando casos entre os que chamaram mais atenção pela propriedade com que trabalham os aspectos relacionados ao jornalismo cidadão, esta dissertação se detém sobre o significado da cidadania para o cidadão-jornalista e a contribuição à identidade local prestada pela comunicação comunitária. Minha idéia é demonstrar como experiências deste gênero são capazes de não apenas de pautar meios tradicionais de mídia, mas sobretudo de ajudar a estabelecer dentro da própria comunidade uma cultura de mídia e uma esfera pública local, desenvolvendo uma reapropriação da identidade da favela e de seus moradores e contribuindo para a busca e/ou exercício da cidadania.

## **ABSTRACT**

*Why*, after all, is the citizen journalist a citizen? This was the question that triggered an entire research effort to identify common practices in different experiences of citizen journalism. Trying to develop and expand this concept, the choice was to analyze the spectrum of communitarian communication, especially in vehicles with origin in the area of Maré, in Rio de Janeiro, in the last three decades. Thus, mapping some of these experiences and selecting cases among those who drew more attention due to how they work with aspects of citizen journalism, this thesis dwell on the meaning of citizenship for the citizen-journalist and on the contribution to the local identity provided by communitarian communication. My idea is to demonstrate how experiences of this sort can not only schedule traditional means, but especially help establishing inside the community a culture of media and a local public sphere, developing one reappropriation of the favela's and the favela's residents identity and, then, contributing to the search for and/or exercise of citizenship.

## ÍNDICE

<b>MAPA</b>	<b>13</b>
<b>LISTA DE SIGLAS</b>	<b>15</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>
Jornalismo cidadão. Onde eu entro nesta história?	20
De como a Maré entrou nessa onda	21
O que quero entender por jornalismo cidadão	25
Comunicação comunitária, ou Quando a voz do povo é a voz de Deus	34
Alagados, Trenchtown, Favela da Maré	41
Favela, comunidade, complexo, terminologias a adotar	45
Definição burilada do objeto e procedimentos de análise	48
<b>I. O VERBO (impressos: jornais União da Maré e O Cidadão)</b>	<b>59</b>
<b>1. ‘UM JORNAL PRÁ LANÇAR UMA MENSAGEM TEM QUE DIZER A VERDADE VONTADE DE TODOS EM UMA SÓ RAMAGEM’</b>	<b>61</b>
1.1. A união faz a força: associativismo e deliberativismo	66
1.2. Favelados, povo, trabalhadores, categorias nativas	75
1.3. ‘Pinga Fogo’, ou Uma forma de você falar e ser ouvido	83
<b>2. UM JORNAL CIDADÃO</b>	<b>95</b>
2.1. ‘Vencidos voltaremos à casa Nossos netos lutarão melhor’	101
2.2. Estilo ‘cidadonês’, padrão de qualidade e projeto político mais amplo	109
2.3. Mareense!? Existe isso?!	117

<b>II. O SOM (radiofônicos: Rádio Maré e Progressiva FM)</b>	<b>123</b>
<b>3. MAIS COISAS ENTRE O CÉU E A TERRA</b>	<b>125</b>
3.1. De tudo um pouco	139
3.2. Dial fora-da-lei	153
3.3. Essa é legal!	158
<b>III. A FÚRIA (multimídias: tv Maré e Museu da Maré)</b>	<b>161</b>
<b>4. NO AR TV MARÉ</b>	<b>163</b>
4.1. A televisão como janela, a televisão como espelho	172
4.2. Joga a rede no passado	193
4.3. A Praia do Apicu	204
<b>5. 'MUSEU É COMO UM LÁPIS'</b>	<b>209</b>
5.1. O livro de presenças	216
5.2. O livro de ausências	230
5.3. Persistindo...	241
<b>6. POR QUÊ???</b>	<b>245</b>
<b>7. BIBLIOGRAFIA E FONTES DE PESQUISA</b>	<b>259</b>
<b>CRONOLOGIA</b>	<b>285</b>

## **MAPA**

*As fronteiras dizem respeito aos limites oficiais do bairro Maré.*



## LISTA DE SIGLAS

Siglas e abreviaturas de até três letras são escritas em maiúsculas, assim como as que possuem mais de quatro mas são lidas letra a letra. Siglas e abreviaturas com mais de quatro letras que podem ser lidas sem dificuldade como uma palavra são grafadas apenas com a inicial maiúscula. E nos casos de siglas e abreviaturas já incorporadas ao vocabulário cotidiano, os termos são grafados de modo aportuguesado e em minúsculas (ex.: blog, ong, tevê).

ABC Paulista	Região de Municípios da Grande São Paulo
Abraço	Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária
ABVP	Associação Brasileira de Vídeo Popular
Acerp	Associação Comunitária e Escola de Rádio Progresso
ACB	Ação Comunitária do Brasil
Adov	Arquivo Documental Orozina Vieira
Aerj	Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Rio de Janeiro
AMANH	Associação de Moradores e Amigos da Nova Holanda
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
Blog	Weblog (página na internet de atualização simples)
BN	Biblioteca Nacional
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CD ou cedê	Compact Disc (mídia digital)
Ceasm	Centro de Estudos e Ações Solidária da Maré
Cedae	Companhia Estadual de Água e Esgotos
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Codefam	Comissão de Defesa das Favelas da Maré
Cpdoc	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPV-Maré	Curso Pré-Vestibular da Maré
CTS	Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da FGV-RJ
Demu e Demu-IPHAN	Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan
DRMC	Delegacia Regional do Ministério das Comunicações
Ecad	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais
Eco e Eco-UFRJ	Escola de Comunicação da UFRJ
Eco 92	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
Ed	Edição
Emaq	Estaleiro Engenharia & Máquinas S/A
EEUU	Estados Unidos
Espocc	Escola Popular de Comunicação Crítica
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FM	Sistema de radiodifusão com modulação em frequência
HI-8	Mídia analógica de vídeo de alta qualidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IQVU	Índice de Qualidade de Vida Urbana
JB <sup>(1)</sup>	João Batista, funcionário do Ceasm
JB <sup>(2)</sup>	Jornal do Brasil
MD	Mini Disc (mídia digital)
MP	Ministério Público
MTV	Music Television
Ong	Organização Não-Governamental
p2p	Conexão peer-to-peer (um-a-um)
PAC	Plano de Aceleração de Crescimento

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPHPBC	Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Cpdoc-FGV
PPGMS	Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio
Promorar	Programa de Erradicação da Sub-habitação
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RA	Região Administrativa
RAL-Maré	Rede de Atendimento Local da Light na Maré
REG	Registro
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão, emissora aberta
TAM	Companhia aérea (Táxi Aéreo Marília)
tevê e TV	Televisão
Uerj	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UHF	Sistema de radiodifusão com propagação em frequências ultra-altas (ultra high frequency)
Unimar	União das Associações do Bairro da Maré
Unirio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
VHF	Sistema de radiodifusão com propagação em frequências muito altas (very high frequency)
VHS	Sistema de gravação de áudio e vídeo caseiro (video home system)



## INTRODUÇÃO

Afinal, *por que* é cidadão o jornalista cidadão? Foi esta pergunta que desencadeou todo o projeto que se segue. Uma pergunta que derivou da série de questionamentos feita por Nemo Nox, jornalista, criador do premiado blog *Por um punhado de pixels*, em que trata de cinema, quadrinhos e assuntos relacionados à política e à blogosfera<sup>1</sup>. Na ocasião, dizia ele:

Por que jornalismo cidadão? Um jornalismo praticado por cidadãos? E não são cidadãos os jornalistas a serviço dos grandes jornais e das redes de televisão? O que os diferencia, em termos de cidadania, dos outros jornalistas? Ou seria jornalismo cidadão somente um eufemismo para jornalismo amador? Ou para jornalismo independente de grandes corporações? [...] Quais os fatores a levar em conta, qualidade, remuneração, certificação, reconhecimento governamental, viés político?

Cidadania é um conceito ligado a território ou a unidade política. Como o jornalismo cidadão é exercido principalmente na internet, espaço onde fronteiras e estados possuem importância e significados diferentes, de onde é cidadão o jornalista cidadão? [...]

Algumas vezes o conceito de jornalismo cidadão aparece ligado às idéias de jornalismo participativo ou jornalismo open source. [...] O repórter que mantém seu próprio site de jornalismo, produzindo conteúdo mas sem abrir espaço para discussão pública não seria então um jornalista cidadão? E se uma megacorporação produzisse um site jornalístico aberto

---

<sup>1</sup> Blogosfera é o termo usado para definir o conjunto social e identitário dos weblogs, páginas web de formato e atualização simplificados. "Muitos weblogs estão interconectados de modo denso; blogueiros lêem outros blogs, apontam links a eles [...]. Por este motivo, os blogs interconectados tornaram-se uma cultura própria." [disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Blogosphere>>, tradução minha].

para comentários ou mesmo produção original vinda dos leitores, estaria então fazendo jornalismo cidadão?<sup>2</sup>

*Por que é cidadão o jornalista cidadão?* A pergunta com que inicio este projeto encerra em si mesma muitas das questões levantadas acima pelo blogueiro, e, de certa forma, dá continuidade à discussão que anteriormente eu vinha travando a respeito da inserção e do modelo de autoridade do profissional que exerce o fazer jornalístico.

### **Jornalismo cidadão. Onde eu entro nesta história?**

Em minha monografia, *A blague do blog (interatividade, subjetividade e horizontalidade nos blogs jornalísticos de política)*<sup>3</sup>, unindo apontamentos obtidos em extensa pesquisa a discussões travadas sobre o conceito de “esfera pública virtual” [cf. p. ex. GOMES, 2001a], procurei compreender de que modo a relação entre jornalistas e leitores se altera substancialmente num espaço de confronto direto. Dispondo blogs jornalísticos segundo uma lógica de horizontalidade [cf. RECUERO, 2003; JOHNSON, 2001], fiz uso da metáfora de Joaquim Ferreira dos Santos<sup>4</sup> – para quem a internet serve aos jornalistas como um “humildificador”, inserindo graus de contestação e participação do leitor [DEUZE, 2002; cf. tb. o esquema clássico de poliarquia apresentado por DAHL, 1972].

Para marcar a distância entre o profissional que exerce prioritariamente o jornalismo e atende ao blog como extensão de suas atividades e o indivíduo que se apropria da ferramenta e – alçado à posição de emissor – se auto-qualifica como “jornalista”, desenvolvi uma diferenciação entre as categorias de jornalista-blogueiro e blogueiro-jornalista. Mas o que fica claro nessa distinção é que, em

---

<sup>2</sup> Cf. NEMO NOX. *Algumas perguntas sobre o termo 'jornalismo cidadão'*. Brasil, **Revista NovaE.inf.br**. Disponível em: <<http://www.novae.inf.br>>. Acesso em: 03/03/2006.

<sup>3</sup> Cf. Viktor CHAGAS, 2007a. A monografia foi resultado de mais de um ano e meio de pesquisa de iniciação científica, orientada pela professora doutora Alessandra Aldé, da Faculdade de Comunicação Social da UERJ, em que me formei bacharel em comunicação com habilitação em jornalismo. Durante a pesquisa, apresentamos resultados parciais de nossa investigação em congressos científicos e publicamos artigos em revistas acadêmicas. Mais tarde, a monografia foi publicada na íntegra no periódico *Cadernos de Comunicação*, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> Cf. SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Humildificador*. Rio de Janeiro: O Globo (Segundo Caderno), 04/04/2005. p. 8.

termos de produção de informação jornalística, é cada vez mais difícil isolar essas categorias. E foi no instante em que comecei a trabalhar com tais categorias que me aproximei de uma literatura que tratava do conceito de jornalismo cidadão. Nos blogs de guerra – os chamados *warblogs* –, mais do que nos de política propriamente, fica clara a interferência de atores não-jornalistas no cotidiano da informação “remidiada”<sup>5</sup>. Despertando interesse não apenas do público como dos meios de comunicação tradicionais, blogueiros seguiam noticiando a Guerra do Iraque ou os conflitos no Oriente Médio a partir de uma visão próxima do front e, ao mesmo tempo, independente e autônoma. Não é difícil, portanto, associar o sucesso desses blogs ao que se convencionou chamar de jornalismo cidadão (*citizen journalism* ou *grassroots journalism* são os termos mais usados nesta acepção). Mas *por que* é cidadão?

O dilema que contrapõe a formação profissional ao exercício da cidadania e da liberdade política se apresenta claramente configurado na lógica do jornalismo cidadão e na dicotomia entre esse mesmo conceito e o de *jornalismo cívico*. Para refletir sobre essas questões, e para tentar compreender o papel do jornalista cidadão na busca e/ou no exercício pleno da cidadania, apresentei esta proposta de estudo, como projeto de pesquisa e dissertação de mestrado acadêmico ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc-FGV). Agora, minha intenção era claramente de me afastar do objeto tecnológico e absorver o elemento sociológico com maior entusiasmo, apresentando idéias para um estudo de caso sobre uma história da mídia comunitária no Complexo da Maré.

## **De como a Maré também entrou nessa onda**

Ainda em 2005, ano em que definia meu tema de pesquisa na graduação, formulando hipóteses de trabalho para a posterior análise de conteúdo dos blogs de política, tive a oportunidade de acompanhar o seminário *Museus: Pontes entre Culturas*, promovido pelo Departamento de Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Demu-Iphan). O convite para participar do evento partiu de meu pai, Mario de Souza Chagas, museólogo, coordenador

---

<sup>5</sup> Cf. BOLTER, Jay David; GRUSIN, Richard. *Remediation: understanding new media*. Cambridge: The MIT Press, 1999.

técnico do Demu, e professor da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Naquela época, já com o objetivo de me aproximar do mundo novo das Ciências Sociais, assisti com interesse à exposição de Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, secretário municipal de urbanismo, sobre as intervenções do poder público na paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro e as alterações sociais que lhes diziam respeito. Um dos interlocutores do debate, Antônio Carlos Pinto Vieira, me chamou a atenção ao comentar um pouco da história da Maré, área que congrega hoje 16 comunidades, entre favelas stricto sensu e conjuntos habitacionais<sup>6</sup>. Antônio Carlos, ou Carlinhos, como é conhecido, foi presidente da Associação de Moradores do Morro do Timbau, participou da Sociedade Cultural TV Maré, é fundador e atual presidente do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm)<sup>7</sup>. Em 2005, já estava envolvido na discussão de projetos de memória voltados para incentivar o pertencimento e a auto-estima dos moradores da área da Maré, que culminaria na implementação do Museu da Maré.

---

<sup>6</sup> A esse respeito, é interessante resgatar a primeira nota assinalada por Marcelo Baumann Burgos em seu artigo Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. No dizer de Burgos [2006:52], com qual identificador minha análise, "Da perspectiva adotada neste trabalho, a fronteira analítica entre as favelas e os conjuntos habitacionais e entre estes e os loteamentos irregulares perde sua razão de ser, já que seus habitantes estão inseridos em uma mesma cultura política. De fato, desse ângulo, a exclusão é a mesma, e a presença do tráfico, indistintamente, em ambos os ambientes habitacionais está a demonstrar que a existência de infra-estrutura urbana e do título de propriedade, tal como nos conjuntos habitacionais, não é suficiente para diferenciar a cultura política de seus moradores. Por isso, neste trabalho, a categoria *exclusão* será utilizada referentemente aos moradores tanto de favelas quanto de loteamentos irregulares e de conjuntos habitacionais."

<sup>7</sup> O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm) é uma ONG fundada em agosto de 1997 por moradores e ex-moradores do Complexo da Maré. Atualmente, é uma das mais importantes associações em função de seus cerca de 15 projetos nas comunidades. Entre outras atividades, o Ceasm coordena o jornal O Cidadão e o Museu da Maré, este último através de um de seus núcleos, chamado Rede Memória.

No momento em que iniciei esta pesquisa, Carlinhos era o vice-presidente do Ceasm e a presidência era exercida por Eliana Sousa e Silva. Entre o fim de 2008 e início de 2009, os nomes de Eliana Sousa e Silva e Jaílson Souza Silva deixaram de integrar as diretorias Ceasm e Carlinhos passou a ser identificado como presidente. Uso, portanto, esta referência para tratá-lo nesta dissertação.

Durante sua intervenção, Carlinhos comentou brevemente sobre o jornal comunitário O Cidadão e falou da iniciativa do Arquivo Documental Orosina Vieira (Adov), que então se constituía a partir da doação de documentos, fotografias, fitas de áudio e vídeo por moradores e ex-moradores da favela.

Recebi mais tarde de meu pai um exemplar do jornal O Cidadão, citado por Carlinhos em sua apresentação, e fiquei bastante impressionado com a qualidade do material, em termos de diagramação e de conteúdo. Envolvido, porém, com a pesquisa sobre os blogs de política, mantive aquela informação arquivada em minha memória por um longo período.

Tomando parte da equipe de planejamento técnico e consultoria do Demu, meu pai, juntamente com Cláudia Storino, Cícero de Almeida e outros funcionários do Iphan, passou a integrar a partir dali um grupo de apoio às atividades de desenvolvimento do Fórum Museu da Maré, “que contou na reunião de fundação, com a participação de cerca de cem pessoas, entre moradores e integrantes do movimento comunitário local” [VIEIRA, 2006]. A aproximação entre os coordenadores do museu – Carlinhos, sua esposa Cláudia Rose Ribeiro da Silva, e Luiz Antonio Oliveira – e meu pai, certamente, contribuiu para fazer crescer meu interesse sobre as iniciativas daquele grupo de atores políticos nas comunidades da área da Maré. Cláudia Rose ingressou no mestrado profissional em Bens Culturais do Programa de História, Política e Bens Culturais, curso que divide com o mestrado acadêmico, além do doutorado, os professores, linhas de pesquisa e áreas de interesse do Cpdoc. Carlinhos, por sua vez, entrou para o Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS), da Unirio. Estivemos, portanto, mais próximos do que aparentávamos, freqüentando círculos semelhantes, mesmo antes de eu iniciar esta pesquisa. Quando concluí o bacharelado em Comunicação Social, senti necessidade de um contato maior com pessoas, deixando a tecnologia à margem. Foi assim que pensei em trabalhar com o mesmo conceito de jornalismo cidadão (entendido também na acepção de *public journalism*) em uma escala mais reduzida, como a esfera comunitária. Àquela altura, já havia tomado conhecimento do trabalho de André Luis Esteves Pinto [2004] em sua dissertação de mestrado sobre o jornal O Cidadão, na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Eco-UFRJ), e, desta forma, procurei direcionar meu interesse para não tratar exclusivamente daquele jornalzinho, um dos mais bem-sucedidos casos de comunicação comunitária, e já objeto de algumas

pesquisas. Cheguei a pensar em trabalhar somente com rádios comunitárias, mas foi então que enxerguei justamente no entrecruzamento de informações a respeito das particularidades de cada meio – impresso, radiofônico e televisivo – uma possibilidade de pesquisa que aliava Comunicação, Política e História a partir de um olhar etnográfico.

Pensei este projeto com o objetivo de realizar um mapeamento histórico, cultural e documental das ações de comunicação na favela da Maré, procurando entender como os movimentos sociais podem fazer uso dos meios de comunicação para difundir suas propostas e tornar públicas suas demandas. A escolha do objeto, a mídia comunitária, refletia uma tentativa de aproximação do conceito de jornalismo cidadão – geralmente trabalhado no âmbito das novas tecnologias da comunicação – à realidade social brasileira, de modo que a favela forneceria ao pesquisador uma série de elementos para a compreensão deste cenário.

Por uma razão óbvia, a idéia imediata foi de associar a este objeto um recorte histórico: em se tratando de meios de comunicação comunitária, falamos de iniciativas de curta duração no tempo, já que invariavelmente há uma série de obstáculos à consolidação destes meios, sejam obstáculos financeiros, sejam barreiras políticas que passam pelo preconceito e pela falta de reconhecimento e apoio de lideranças. Assim, o estudo da apropriação da lógica do jornalismo cidadão nas comunidades da favela necessariamente passaria por uma reconstituição histórica, política e cultural do surgimento e do desenvolvimento desses meios. A história da mídia comunitária na Maré poderia ainda ajudar a explicar as demandas sociais e o desenvolvimento da própria localidade.

Logo, porém, me vi obrigado a recortar novamente meu objeto. Dada a profusão de iniciativas de comunicação comunitária em uma favela do porte da Maré<sup>8</sup>. Daí para diante, concentrei minhas

---

<sup>8</sup> A Maré é constituída por dezesseis comunidades: o Morro do Timbau (com ocupações desde a década de 1940), a Baixa do Sapateiro (1947), Parque Maré (1953), Parque Rubens Vaz (1954), Parque União (1961), Nova Holanda (1962), Vila do João (1982), Conjunto Esperança (1982) Vila dos Pinheiros (1989), Conjunto Pinheiros (1989), Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1992), Nova Maré (1996), Novo Pinheiro (2000), Centro Social Marcílio Dias (1948), Roquete Pinto (1955) e Praia de Ramos (1962). O Censo Maré [CEASM, 2003] contabiliza ainda mais uma comunidade, a do conjunto Mandacaru. Outros trabalhos, optam por contar apenas 15 comunidades, excluindo-se o conjunto Novo Pinheiro (Salsa e Merengue), pelo fato de não haver uma

investigações sobre três pares de meios de comunicação, sobre os quais tratarei mais adiante, no decorrer desta introdução. Antes disso, pretendo definir as bases com que trabalharei nesta dissertação, expondo em primeiro lugar o que entendo pelo conceito de jornalismo cidadão, o que quero dizer quando evoco a noção de comunicação comunitária, e a seguir como trabalharei com o caso das mídias na Maré.

### **O que quero entender por jornalismo cidadão**

A partir de um levantamento inicial acerca das iniciativas de mídia comunitária na Maré, passei a examinar os usos e valores embutidos na lógica desse tipo de prática assim entendida como jornalística – embora obviamente não se trate de jornalistas graduados como tais –, e procurei abrir caminho para uma pesquisa mais específica, cujo objetivo seria investigar a aplicação prática desse conceito de jornalismo cidadão em experiências de jornalismo participativo<sup>9</sup> em jornais, rádios e televisões comunitários surgidos ao longo das últimas três décadas na Maré. Minha principal hipótese era a de que o modelo de jornalismo participativo favoreceria a integração e a mobilização da comunidade em torno de seus objetivos.

Esta pesquisa, portanto, propõe bases para a investigação da aceção política e social do conceito de cidadania tal como vem sendo empregado na prática do jornalismo. Conceito este que tem sido aplicado ao fazer jornalístico de uma maneira peculiar em relação ao seu uso em outros setores da sociedade [cf. a passagem a este respeito na conclusão desta dissertação]. Quando se ouve falar em um jornalismo cidadão, idéia já bem trabalhada nos campos da Comunicação e das Ciências Sociais [cf. p. ex. GILLMOR, 2004], logo se associa a imagem à lógica do jornalismo participativo, que proporciona ao cidadão comum os meios técnicos para tornar-se um *emissor*, como o é o próprio jornalista.

---

associação de moradores que o represente. Para maiores detalhes sobre a constituição de cada uma destas comunidades, cf. SILVA, 2006; JUNG, 2007, entre outros.

<sup>9</sup> Essencialmente o jornalismo participativo (ou colaborativo) não chega a ser compreendido como um conceito, tal e qual o conceito de jornalismo cidadão. Refiro-me ao modelo de participação como referência de inclusão e auto-gestão dos meios [cf. PERUZZO, 2004]

Portanto, a primeira resposta que tenho em mente à questão com que iniciei esta pesquisa é a que diferencia o jornalista-cidadão do cidadão-jornalista. Por uma razão meramente vocabular, terminamos em muitas das ocasiões usando indiscriminadamente o “jornalista cidadão” para qualquer um dos casos, mas quero aqui marcar uma diferença conceitual entre ambos. O primeiro termo da expressão designa o peso que passo a atribuir ao substantivo composto. O jornalista-cidadão é o jornalista que exerce seu papel de cidadão, ou que exerce um papel de agente civilizador – como no jornalismo público, conforme veremos mais adiante, mas, em verdade, como é compreendida a essência do próprio fazer jornalístico –, ao passo que o cidadão-jornalista é o cidadão que exerce seu papel de agente noticiador, fazendo as vezes de um repórter [GILLMOR, 2004]. Há aí uma clara diferença que implica não apenas na dicotomia entre profissionalismo e amadorismo, mas no direcionamento e no tratamento dado ao conteúdo informacional da notícia.

Feita esta distinção, passo a operar com o conceito de jornalismo cidadão, tal como ele se desenhou ao longo dos anos. Devedor claro das experiências do jornalismo público (*public journalism*) e do jornalismo cívico (*civic journalism*), o jornalismo cidadão não exclui a produção dos cidadãos-jornalistas [FOSCHINI; TADDEI, 2006], não profissionais que são, do processo comunicacional. As correntes anteriores, tanto o *civic* quanto o *public journalism*, podem ser descritas como um movimento de aproximação do jornalista em relação ao público consumidor de notícias [ABREU, 2003], uma aproximação que se reflete também no processo de produção das notícias. No entanto, é o jornalista-cidadão quem segue detendo as ferramentas necessárias para emitir a informação, ele apenas se insere em um contexto de aproximação do público sobretudo visando ao debate político a fim de conformar a assim chamada opinião pública.

Em última instância, todas estas expressões podem e são usadas como sinônimos. Jornalismo cidadão, jornalismo público, jornalismo cívico e mesmo jornalismo comunitário (*communitarian journalism*) se confundem no discurso de alguns pesquisadores<sup>10</sup>. A

---

<sup>10</sup> A este respeito, vale destacar o livro organizado por Jay Black, com artigos de diversos pesquisadores explorando as dicotomias engajamento-objetividade, indivíduo-comum, teorias do comunitarismo-liberalismo inglês, e assim por diante. O título do livro já diz muito sobre a interseção destas noções: BLACK, J. (org.). *Mixed news: the*

distância real entre estas noções fica mais clara apenas com a noção de Foschini e Taddei [2006], que aponta para o jornalismo cidadão como a vertente, em certo sentido, mais radical e moderna.

Como sublinha Elias Machado [2003:65], “No final do século XIX [...], a imprensa teve de apostar nos colunistas, na cobertura de cidades e nas tiras de quadrinhos para fugir da padronização decorrente da distribuição de conteúdos pelas agências de notícia e vincular a publicação à comunidade local”. Este movimento talvez se configure como prenúncio do que viria a seguir, com a imprensa escrita precisando se diferenciar e se afirmar diante dos meios eletrônicos. Segundo Alzira Alves de Abreu [2003], o jornalismo público configura-se como uma resposta à perda de leitores por conta da concorrência da imprensa escrita com a televisão, e uma tentativa de impedir o controle do debate político pelas máquinas partidárias [id.:6]. O movimento<sup>11</sup> que se formou então tinha o objetivo de “impor uma nova agenda de opinião e se tornar o intérprete dos cidadãos quanto à hierarquia dos problemas e à escolha das soluções pela comunidade” [id.:ibid.]. Para Tanni Haas [2007:6], pesquisador associado do Brooklyn College e autor de uma extensa revisão sobre o conceito de jornalismo público, embora o tema tenha sido explorado por textos jornalísticos e acadêmicos somente por volta do início dos anos 1990, seus argumentos fundamentais remetem ao começo do século xx. Há quem associe, por exemplo, o famoso debate entre o jornalista Walter Lippmann e o filósofo John Dewey sobre o papel dos cidadãos nas democracias modernas, nos anos 1920, como um prenúncio da discussão sobre os temas repercutidos pelo jornalismo público. Alguns trabalhos, por outro lado, sugerem que esta origem esteja vinculada aos relatórios da Comissão Hutchins para Liberdade da Imprensa, que, nos anos 1940 e 1950, foi constituída por Robert Hutchins, então reitor da Universidade de Chicago, a pedido de Henry

---

*public/civic/communitarian journalism debate*. Mahwah (EEUU): Lawrence Erlbaum Associates, 1997.

<sup>11</sup> Compreensão fundamental tanto do conceito de jornalismo público quanto do de jornalismo cidadão, Jay Rosen [apud HAAS, 2007:1, tradução minha] o descreve, ao mesmo tempo, como (1) “um *argumento* sobre para onde a imprensa deveria estar se encaminhando”; (2) “um *conjunto de práticas* que foram testadas nas configurações da vida real”; e (3) “um *movimento* de pessoas e instituições ocupadas com possibilidades para reformar”. Assim, como conceituação, experiência e escola, quero também poder entender a dinâmica do jornalismo cidadão. (O texto original de Rosen é: ROSEN, J. *Foreword*. In: CHARITY, A. (org.). **Doing public journalism**. Nova Iorque (EEUU), Guilford, 1995. pp. v-vi.)

Luce, editor das revistas Time e Life, para iniciar uma investigação acerca do papel das mídias nas democracias modernas do pós-guerra [volta a falar sobre as conclusões a que alcançou a comissão na conclusão desta dissertação]. Outros pesquisadores, por fim, atribuem a concepção do que seria esta noção de jornalismo público aos trabalhos teóricos e empíricos acerca da democracia deliberativa, surgidos apenas nos anos 1990 [id.:ibid.]. A idéia geral, no entanto, é defendida pelo que Haas [2007] chama de “advogados” do conceito como sendo um conjunto de argumentos que defendem um engajamento maior do jornalista nas questões relacionadas ao bem comum e ao espírito público. De modo pragmático, o jornalista, para este grupo de entusiastas, deve estar centralmente preocupado em “(1) *reportar* problemas de interesse particular para cidadãos [...], (2) *cobrir* estes problemas a partir da perspectiva dos cidadãos [...], e (3) *envolver os cidadãos* nos esforços para solucionar os problemas de modo pragmático” [HAAS, 2007:67, tradução minha]. Como defende Jay Rosen [apud HAAS, 2007:3]<sup>12</sup>, um dos fundadores contemporâneos do conceito, os jornalistas devem formar tanto quanto informar o público.

O jornalismo cívico, por sua vez, teria nascido na década de 1970, e seria orientado para “mobilizar, dar a palavra aos cidadãos comuns”, baseando-se na “afirmação dos procedimentos democráticos” [ABREU, 2003]. Neste tipo de experiência, o jornalista funcionaria como uma espécie de animador ou, sem meias palavras, como “mediador” do debate. As fronteiras entre as experiências de jornalismo público e jornalismo cívico são pouco exploradas, mas, precisamente, estamos diante de dois esquemas distintos de mediação, em uma espécie de reflexo dos sistemas democráticos já que lidando com o público consumidor de notícias: de um lado, um modelo de representação, em que o jornalista atua como delegado ou procurador<sup>13</sup> dos interesses do público; de outro, um modelo de participação direta, em que o jornalista atua sobre o público no sentido de animá-lo, mobilizá-lo, mas constitui-se ele próprio como público. Aqui, como nos sistemas democráticos, não há uma gradação que siga do modelo mais inclusivo de participação ao

---

<sup>12</sup> O texto original de Jay Rosen é: ROSEN, Jay. *Imagining public journalism*. In: LAMBETH, E.; MEYER, P.; e THORSON, E. (org.). **Assessing public journalism**. Columbia (EEUU): University of Missouri Press, 1998. pp. 46-56.

<sup>13</sup> Para mais detalhes sobre a função do representante como delegado ou procurador, cf. PITKIN, 2006.

modelo de representação, o que há são dois sistemas de *mediação* jornalística.

Nesse sentido, enxergo a proposta do jornalismo cidadão como um estreitador de laços, diluindo justamente a idéia de “mediação” – e conseqüentemente a de *representação*, de certa forma presente em ambas as experiências anteriores. No jornalismo cidadão, o público é não apenas fonte ou pauta, nem tampouco debatedor, a ênfase está, ao meu ver, em seu caráter de *produtor* de conteúdo jornalístico. Assumindo os meios de produção, o cidadão torna-se ele próprio mídia. Não é à toa que o slogan do famoso site de jornalismo colaborativo coreano OhMyNews <<http://english.ohmynews.com>> marca uma intenção: *every citizen is a reporter* [“todo cidadão é um repórter”].

O jornalismo cidadão, sobretudo acompanhando a expansão da web, pode ser caracterizado como uma iniciativa “em que as pessoas assumem seu espaço na comunidade ao *participar* da produção de notícias” [FOSCHINI; TADDEI, 2006, grifo meu]. Dessa forma, o adjetivo é compreendido de uma maneira diversa de quando aplicado a outros setores sociais. Quando se fala em um “empresário cidadão”, por exemplo, pensa-se em alguém que segue uma lógica de responsabilidade social, um esquema, portanto, que conserva uma certa hierarquização entre o “cidadão” e seu benemérito [cf. a conclusão desta dissertação para mais detalhes]. No esquema participativo do jornalismo cidadão, essa autoridade parece estar, como eu disse, diluída, através de um modelo de participação cidadã [PERUZZO, 2004; sobre o modelo de participação cidadã, cf. tb. os estudos de GOHN, 2003 e 2005 e PUTNAM, 2000]<sup>14</sup>. Minha idéia é

---

<sup>14</sup> Acompanhando algumas das discussões travadas sobre a questão dos movimentos sociais, procuro trabalhar com o que Maria da Glória Gohn [2003:18] chama de um “conceito básico do novo associativismo”, a *participação cidadã*. Este conceito é lastreado num modelo de cidadania construído a partir de ações coletivas de caráter social, político e cultural com vistas à organização e mobilização da população no sentido de expressar suas demandas. De acordo com Gohn [2005:33], “Entendemos que a autonomia se obtém quando se adquire a capacidade de ser um sujeito histórico, que sabe ler e re-interpretar o mundo; quando se adquire uma linguagem que possibilita ao sujeito participar de fato, compreender e se expressar por conta própria”. No já clássico estudo de Robert D. Putnam, a participação cívica é descrita de modo muito semelhante ao que Gohn trabalha como sendo uma participação cidadã. Para Putnam [2000:101], a participação cívica corresponde à participação da população nos negócios públicos em uma determinada comunidade.

analisar como esse modelo se aplica ao jornalismo de base comunitária e como, através dele, a prática jornalística pode ser apreendida pelo adjetivo *cidadã*. Esta discussão pretendo travar mais adiante, quando tentarei compreender como a comunicação e o trabalho de constituição de uma identidade se aliam às demandas sociais num exercício de – e/ou numa busca por – cidadania.

A idéia de um ambiente de produção inclusivo, implícita na noção de jornalismo participativo ou jornalismo colaborativo, em que o receptor pode atuar no sentido contrário, também como produtor de conteúdo jornalístico, afeta diretamente a lógica da autoridade jornalística – segundo a qual, o jornalista é um agente “autorizado” a falar em nome do público.

Na acepção habermasiana do termo, que se refere ao poder monárquico, “À autoridade estão contrapostos os súditos, dela excluídos; aquela serve, diz-se, ao bem-comum, enquanto estes perseguem os seus interesses privados” [HABERMAS, 2003:24]. Relacionando-se ao bem-comum a que serve, a “autoridade jornalística” encontra seu sentido no jornalismo de utilidade pública, a bem dizer, na prestação de serviços [cf. ABREU, 2003]. E, entendido, mais uma vez, como *servidor*, ou seja, como “subordinado” ao bem-comum, o jornalista deve se preocupar em mediar o poder público e a opinião pública. Sua legitimidade se constrói a partir desta “autoridade” de mediação. Mas é ainda Habermas [2003] quem aponta para uma subversão destes valores: em *Mudança estrutural da esfera pública*, ele cita C. W. Mills para indicar a transformação do “público” em “massa”, com todas as implicações de um sistema de mídia que passa não apenas a *mediar* mas a *formar* a opinião pública.

A crítica da primeira geração da chamada Escola de Frankfurt, incluindo aí, em especial Theodor Adorno e Max Horkheimer, diz respeito exatamente a esta condição, apresentando a necessidade de o indivíduo desenvolver seu potencial reflexivo, seu discernimento crítico, a fim de escapar da “esfera” de influência midiática. Adorno e Horkheimer falam do surgimento de uma indústria cultural, que passa a regular as atividades e impressões do cidadão comum. “O espectador não deve ter necessidade de nenhum pensamento próprio, o produto prescreve toda reação” [ADORNO; HORKHEIMER. 1985:128], o discernimento (ou a reação) fica a cargo do mediador, que assume então o papel do crítico. O crítico profissional é aquele que exerce a crítica, em outras palavras, é um “informante” [ADORNO, 2002:77], já que lida com a informação – muito embora não

necessariamente tenha ele próprio de deter conhecimento efetivo sobre os temas que critica [id.:ibid.] –, mas é um informante que expressa *uma* opinião como se fosse a opinião [cf. ADORNO, op. cit.:78]. O crítico de arte, que é também um crítico de informação, no modelo da indústria cultural, transforma, assim, uma opinião publicada em opinião pública<sup>15</sup> e estabelece, a partir da autoridade instituída, um sistema de crenças que vela, ao invés de desvelar, o conhecimento. Importa somente que haja “algo preenchendo o vácuo da consciência expropriada e desviando a atenção do segredo conhecido por todos” [ADORNO, 2002:94].

A “autoridade” em mediar o poder público e a opinião pública, concedida pela esfera pública ao jornalista<sup>16</sup>, é revertida em uma autoridade do jornalista sobre a própria esfera pública, a qual se torna “prisoneira”. Marcuse [2002:331] afirma que “a liberdade intelectual significaria a restauração do pensamento individual agora absorvido pela comunicação de massa e pela doutrinação”. A única possibilidade de escapar ao controle do crítico é tornar-se crítico. Os teóricos de Frankfurt, porém, vêem este processo emancipatório como um processo de desencantamento, isto é, de *des-ilusão*. “O pensamento crítico tem um conceito do homem como em conflito consigo mesmo” [HORKHEIMER, 2002:310].

O jornalismo, sobretudo por seu caráter informativo e periódico, é ainda espaço privilegiado para o recrudescimento do ceticismo [BURKE; BRIGGS, 2006:77-79], dada a possibilidade de uma análise comparativa entre um relato e outro, do mesmo evento, em diferentes meios, ou um relato e outro, do mesmo evento, em diferentes períodos. O ceticismo é, certamente, um dos estágios do pensamento crítico, de modo que sou levado a crer que, como elemento-chave do processo de mediação, o jornalista é capaz de proporcionar tanto o conformismo, sobre o qual “os críticos da cultura ajudam a tecer o véu” [ADORNO, 2002:78], quanto a experiência emancipatória ela mesma.

---

<sup>15</sup> Para mais detalhes sobre as relações entre opinião pública e opinião publicada no debate teórico atual, cf. GOMES, 2001b.

<sup>16</sup> Refiro-me ao jornalista como categoria, em relação direta e em lugar de “meios de comunicação”, como forma de ressaltar o papel individual do profissional no processo de seleção e construção da agenda diante da esfera pública.

Se em relação à opinião pública – à qual serve – o jornalista apresenta este caráter dúbio, vejo que, na outra ponta, seu papel como representante dos interesses da esfera pública não é menos ambíguo. Habermas [2003:225] aponta para o fato de que os interesses privados defendidos pelo jornalista como representante do bem-comum – entendido aqui como “interesses comuns” da esfera pública –, estiveram desde o começo amalgamados com interesses políticos. No entanto, há ainda um outro aspecto do jornalismo, o da *accountability*<sup>17</sup>, que o transforma em quarto estado [cf. HABERMAS, 2003:78], atuando o jornalista como fiscalizador do poder público [ABREU, 2003:8; cf. tb. LATTMAN-WELTMAN, 2003]. E é neste ponto que me volto mais uma vez às questões do jornalismo cidadão, como prática capaz de despertar o ativismo político [ABREU, 2003:14] e favorecer, nesse sentido, o potencial emancipatório do indivíduo crítico. Como Habermas descrevia a mudança estrutural que configura os setores da esfera pública no fim do “longo século XVIII”<sup>18</sup>, o conflito entre os papéis do jornalista-cidadão e do cidadão-jornalista, me parece ser o prenúncio de novas mudanças.

Quando alio, porém, os modelos do jornalismo cidadão e da comunicação comunitária, sei bem me encontrar em terreno pantanoso. Em primeiro lugar, procuro me circunscrever a uma lógica de jornalismo participativo e popular [cf. PERUZZO, 2004] que aproxima claramente estes dois conceitos. Por essa razão, ao trabalhá-los em consonância, uso a expressão jornalismo cidadão de base comunitária, o que parece esclarecer o fenômeno com o qual estou lidando. Todavia, ao introduzir a categoria participação, crio um novo problema, que é o do envolvimento real da comunidade na gestão dos meios de comunicação e na apresentação de suas demandas através das mídias comunitárias. O limite entre veículos comunitários

---

<sup>17</sup> *Accountability*, expressão intraduzível em sentido estrito, diz respeito à capacidade “de saber até que ponto e de que modo os primeiros [aqueles que representam] prestam contas do que fazem por delegação soberana dos segundos [os representados]”. Para mais detalhes, cf. LATTMAN-WELTMAN, 2003:149.

<sup>18</sup> A expressão é de Peter Burke [BURKE; BIGGS, 2006:78], para descrever a análise habermasiana sobre um século XVIII que se inicia no ano de 1690.

e veículos privados localizados na comunidade é, em determinadas ocasiões, demasiado tênue para que eu o demarque solidamente. Nesse sentido, as experiências de rádios comunitárias – mas não apenas elas – parecem levantar pontos muito interessantes para uma discussão acerca de uma definição real de mídia comunitária. Maria Cicilia Peruzzo [2004:144] usa os três níveis propostos por Merino Utreras em seminário sobre comunicação participativa na Unesco para apresentar possibilidades de envolvimento da comunidade nos projetos de mídia comunitária: produção, planejamento e gestão. Na produção, o envolvimento se dá no âmbito da elaboração de programas, sempre contando com auxílio profissional de um técnico responsável. O planejamento se configura na definição de políticas editoriais, objetivos, missão e atividades a serem realizadas. E a gestão engloba todo o processo decisório, incluindo controle, administração e financiamento do veículo. Quando me refiro, portanto, a uma comunicação participativa, estou apontando na direção de um desses três níveis, e reconhecidamente não faço menção de querer englobar toda a comunidade em iniciativas que por razões óbvias nascem atreladas a determinados grupos.

Da mesma forma, quando trabalho com o conceito de jornalismo cidadão ou jornalismo participativo, quero crer que não haja impedimento em traduzi-los lato sensu como experiências de comunicação, visto que se orientam por um processo de produção e transmissão de informação a um público, qual seja, a própria comunidade. No caso das experiências que pesquiso na Maré, cheguei a hesitar tratar algumas delas como jornalísticas, uma vez que (1) não havia regularidade e caráter de periodicidade nos meios (TV Maré, jornal União da Maré), (2) o conteúdo informacional não era trabalhado como notícia ou a preocupação maior se concentrava em entreter e não informar (Maré FM, TV Maré), e, (3) ainda que eu obviamente soubesse se tratar de uma produção comunitária, a ausência de um profissional-jornalista surgiu muitas vezes como um questionamento a ser enfrentado. Nesses parâmetros, me voltei ao entendimento do conceito de comunicação comunitária, a fim de encontrar argumentos para trabalhar em campo.

## **Comunicação comunitária, ou Quando a voz do povo é a voz de Deus**

O velho provérbio do “quem tem boca vai a Roma” pode não adiantar de nada se não houver algum ouvido que indique o caminho. Comunicar não é só emitir, comunicar é também receber. As críticas que a primeira geração de teóricos de Frankfurt sofreu apontavam justamente nesta direção, colocando em pauta a importância do processo de apropriação que se dá no âmbito da recepção. Considerar que somente o meio de comunicação exerce influência vertical sobre o receptor e que este último atua de maneira passiva, apenas ingerindo um fluxo contínuo de informações, é considerar somente o pressuposto que determina o resultado da análise<sup>19</sup>.

Há, nesta relação entre emissão e recepção, uma discussão sobre reação presumida<sup>20</sup> e reação efetiva – evidenciando o caráter decisório em ambos os pólos da comunicação: o pólo que age ou antecede (emissor) e o pólo que responde ou reage (receptor) – que foge ao escopo deste trabalho. Mas me importa particularmente tratar do tema da recepção polifônica, nos processos de comunicação de massa. Parece claro que, se falamos em um esquema que produz – ou reproduz, para usar uma expressão próxima à da “reprodução social” de Bourdieu – informação para um público abstrato a partir de uma única fonte (seguindo o clássico modelo um-todos das teorias da Comunicação), o feedback, ou sistema de retro-alimentação, lógico deste mesmo processo se converterá em esquema que apresenta múltiplos emissores para apenas um receptor (todos-um). A questão

---

<sup>19</sup> É interessante, aqui, notar a avaliação de Becker e McCall [1990; cf. tb. MERTON, 1970] sobre a objetividade mertoniana, visando a evitar que a realidade seja apenas uma reiteração do que supomos que ela seja.

<sup>20</sup> G. H. Mead [2002] demonstra como antecipamos em nossas ações uma reação esperada, presumida. A interrelação entre o indivíduo e o social é que ele chama de “comunicação”, numa análise que, de certa forma, introjeta o processo comunicacional no self. A comunidade exerce controle sobre o indivíduo a partir do “outro generalizado”, mas toda interação passa a ser simbólica. Cf. MEAD, 2002 e tb. BECKER; MCCALL, 1990. Nos estudos de Comunicação, fala-se em uma “audiência presumida”, para definir o perfil do público-alvo, a quem se destina a mensagem.

aqui está em enxergar a mídia como “estrutura” também no caminho de volta.

Pierre Bourdieu [2004:75] fala do Aparelho (ou O Sistema) como *Deus in machina*, e faz uma crítica – sobretudo a Althusser, que se utiliza da terminologia para analisar os Aparelhos Ideológicos de Estado e o Aparelho Repressivo de Estado – à visão comum do Aparelho como *Deus ex machina*, “quase mitológico, que justifica tudo e só pode ser oposto por outra alegoria, outra mitologia”. A razão de ser de uma instituição está no campo de interesses e dos habitus de seus integrantes, condições que acabam por gerar as “vontades” [BOURDIEU, 2004:81]. Esta imagem é muito próxima da que procuro estabelecer, considerando, da mesma forma que Bourdieu, que essas entidades coletivas são produzidas apenas discursivamente – como o campo, ao criar a ilusão (*illusio*) de que ele é absolutamente autônomo. Bourdieu não a classifica como ideologia, já que a ideologia é um sistema estruturalista<sup>21</sup>, mas se refere à “mentira coletiva” como forma utilizada pelos agentes que ocupam as posições dominantes a fim de determinarem o modelo do que é meritório em seu campo. Esta “mentira coletiva”, que dá origem ao sistema de crenças e fundamentalmente constitui o que o sociólogo denomina de *poder simbólico*, é nada mais do que o véu que afasta as massas do esclarecimento na teoria crítica. Para Adorno [2002:78], por exemplo, “As prerrogativas da informação e da posição [dos críticos culturais] permitem que eles expressem sua opinião como se fosse a própria objetividade. Mas ela é unicamente a objetividade do espírito dominante”.

---

<sup>21</sup> É Mannheim [2002:293-95] quem chama atenção para o fato de que a ideologia é uma distorção do real, de acordo com os interesses de um grupo, e que cada indivíduo partilha de alguns interesses do grupo, mas não necessariamente de todos, de forma que reconstruir os interesses de um grupo a partir dos de um indivíduo nem sempre é possível. Assim é que Habermas avalia o surgimento da mídia, enquanto representante dos interesses privados da esfera pública. Mas assim é que também Habermas [2003] – trazendo aí a herança de Horkheimer [2002] e seus contemporâneos – vê a distância e a contradição interna entre as idéias burguesas e a própria ideologia burguesa.

Nesse ponto, é possível traçar um paralelo com o que diz Foucault [2006:71] acerca do papel dos intelectuais diante das massas:

os intelectuais descobriram recentemente [...] que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder [...] que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade.

Posso dizer que uma das formas desse sistema de poder se apresenta através dos critérios de noticiabilidade dos jornalistas, que detêm a autoridade e a credibilidade necessárias para definir quais os fatos são dignos de serem noticiados, é o chamado poder midiático. A informação é elemento fundamental para que o indivíduo possa exercer plenamente a cidadania e a imprensa é o veículo responsável por informar os cidadãos [cf. ABREU, 2003, entre outros]. Para Fernando Lattman-Weltman [1992:112], “o processo de produção do jornal mantém-se firmemente ancorado na subjetividade dos atores que dele participam, o que, do ponto de vista da sua gestão [...] implica numa exacerbação das tentativas e mecanismos de controle sobre o produto final”, de forma que um projeto de comunicação comunitária tem condição de inserir diretamente a população nesse processo de produção e decisão editorial.

Desta forma, tratar a mídia como poder simbólico, capaz de alienar e doutrinar as massas, é abonar a interpretação criticada por Bourdieu, ou seja, traduzir a mídia como *Deus ex machina* e ignorar, para todos os efeitos, as táticas de apropriação dos receptores, certamente longe de serem elementos passivos. A comunicação comunitária atua, nesse sentido, com a incumbência de formar um público local receptor, estimulando um sentimento identitário; e é especialmente voltada para a educação, entendida aí tanto no sentido capacitador e profissionalizante, quanto no sentido crítico [PAIVA, 2007]. Não é à toa que se implementa na Maré, através do

Observatório de Favelas<sup>22</sup>, em parceria, entre outras instituições, com a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Escola Popular de Comunicação Crítica (Espocc), com o propósito primeiro de formar jovens profissionais de comunicação nas comunidades. Aí, é claro, há o interesse em demarcar o espaço, dando voz à comunidade por meio do “jornalista cidadão”, mas há, antes disso, a necessidade de reforçar fronteiras sobre o local diante do global, de conferir autoridade a quem fala pela favela, e de preparar terreno – leia-se preparar o público – para uma “participação cidadã”. É a formação de uma esfera pública local, com o claro objetivo de conferir às comunidades uma voz, leia-se uma opinião pública. Algumas pesquisas [cf. PERUZZO, 2004; PAIVA, 2007 e outros] na linha da comunicação comunitária indicam que os meios de comunicação que antes mediavam opinião pública e poder público, isto é, os veículos que hoje se configuram na chamada “grande mídia”, teriam perdido a capacidade de filtrar as notícias (*gatekeeping*) oriundas de comunidades, não apenas pela dificuldade em penetrar nessas comunidades, mas pelo claro aumento no volume de informação nas demais esferas sociais. Por esta razão, passa a ser importante o desenvolvimento de meios comunitários que possibilitem esta operação de seleção e garantam a autoridade e a credibilidade de agentes jornalísticos diante da comunidade.

Ressalto que, em muitos momentos, são indissociáveis as categorias com que trabalho, de jornalismo cidadão e de

---

<sup>22</sup> O Observatório de Favelas é um programa do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), com apoio da Fundação Ford, sob a coordenação geral de Jailson de Souza e Silva. Dito em alguns momentos como uma das redes do Ceasm, o Observatório foi constituído em 2001 e, em seguida, tornou-se uma entidade autônoma, sendo reconhecida em 2003 como uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Com as atuais divergências internas que podem vir a desmembrar ou dividir o Ceasm, é possível que os projetos levados a cabo pelo Observatório de Favelas, como a Escola Popular de Comunicação Crítica e o Núcleo Imagens do Povo (oficina de fotografia), ganhem ainda mais força no cenário das comunidades da Maré.

comunicação comunitária<sup>23</sup>, sendo difícil estabelecer uma dicotomia apartada – como se fosse possível dizer: o primeiro preocupa-se em formar o emissor, o segundo em preparar o receptor –, uma vez que estas categorias, na prática, se interpenetram. Falo, então, em experiências de jornalismo cidadão de base comunitária, no que considero a sua intenção de proporcionar cidadania ao mesmo tempo em que vislumbro seu potencial “contra-hegemônico” [PAIVA, 2007]<sup>24</sup>.

O jornalismo cidadão de base comunitária pode ser examinado como uma experiência micro-jornalística. Em primeiro lugar, porque seu alcance é reduzido. Há, sim, inúmeros casos de repercussão das pautas que circulam internamente pela comunidade para meios externos: o próprio Museu da Maré, entendido como uma ferramenta de comunicação construída para reforçar o sentimento de pertença e a identidade local, é uma pauta que extrapola a própria Maré, atraindo a atenção de turistas, autoridades e de setores da mídia tradicional. Mas o museu é pauta, sobretudo pelo inusitado de uma instituição museal na favela; nitidamente, seu público-alvo são as próprias

---

<sup>23</sup> Para Raquel Paiva [apud PINTO, 2004], “o que permite conceituar um veículo comunitário [...] é a sua proposta social, seu objetivo claro de mobilização vinculado ao exercício da cidadania”. (O texto original de Raquel Paiva é: PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998. 205pp.)

Nas palavras de André Luís Esteves Pinto [2000:44], é importante delimitar “o que entender por comunicação comunitária num tempo em que as palavras têm significados múltiplos. O termo comunidade, por exemplo, dá margem a diferentes interpretações: grupos afins de consumo, comunidades virtuais da internet, moradores de um espaço geográfico distinto, pessoas ligadas por elos tradicionais e culturais. A própria expressão comunicação comunitária é também tratada como comunicação alternativa ou comunicação popular, podendo causar confusão. Comunicação alternativa permite a associação aos movimentos contra-culturais dos anos 60 e 70. Por sua vez, o termo comunicação popular tem uma vasta gama de entendimentos: desde dos informativos dos movimentos revolucionários de esquerda até os jornais sensacionalistas.”

<sup>24</sup> Uso a expressão entre aspas para evidenciar que não estou alheio às discussões travadas acerca do vocabulário gramsciano, de inspiração evidentemente marxista. O jornalismo cidadão de base comunitária, como o conceito, não é “contra-hegemônico” no sentido de se *opor* à uma instância dominante, mas apenas de *não compactuar* com a lógica do sistema de poder simbólico que, aliás, limitaria sua atuação.

comunidades<sup>25</sup>. Os assuntos tratados em *O Cidadão* são temas relacionados ao dia-a-dia dos moradores, como as chuvas na Maré, as relações com o poder público, o desemprego etc. Não há intenção clara de remidiar a pauta; o objetivo do Ceasm é fazer chegar a informação da comunidade à comunidade – por mais que haja aí uma proposta editorial de trabalhar a imagem da Maré como um espaço de “paz” e enfiamento dos percalços da miséria e da pobreza com garra e dignidade<sup>26</sup>. É uma experiência eminentemente de caráter local e específico, daí a classificação plural que Raquel Paiva [2007:140] atribui à comunicação comunitária, a qual, segundo a autora, “atua na direção de uma estrutura polifônica”, chamando como atores sociais “os mais diversificados movimentos e grupos sociais minoritários” [id., ibid.].

Além do alcance propositalmente reduzido em termos físicos – conquanto não se possa negar que a experiência social de comunicação comunitária ultrapasse as barreiras do localismo geográfico –, o estímulo à capacitação dos jovens profissionais é uma clara referência a uma dinâmica de empoderamento. Não há, ali, necessariamente a preocupação entre a distinção jornalista-cidadão cidadão-jornalista, mas fica patente a idéia de formar um agente autorizado a falar pelas comunidades, expressando ou selecionando, segundo a lógica de Bourdieu, o que há de mais autêntico no campo (a “essência”)<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> Esta afirmação é reforçada pela análise dos dados de visitação do museu (60% dos visitantes são moradores da favela e pelo menos outros 10% mantêm alguma relação com a favela, seja pela proximidade geográfica, por relações de parentesco com outros moradores, ou mesmo por um fator de identificação social – moradores de outras favelas do Rio, por exemplo). Para mais detalhes, cf. o capítulo 6 desta dissertação.

<sup>26</sup> Há uma opção clara de *O Cidadão* em não evidenciar temáticas voltadas para a violência dentro da Maré, uma vez que a favela já possui espaço para esta imagem na mídia tradicional. Esta opção coaduna a idéia de que a comunicação comunitária produz uma força contra-hegemônica, conforme evidenciado por Raquel Paiva [2007:137-140].

<sup>27</sup> A essência, em Bourdieu, é um construto social, não natural. Ela é expressada pelos agentes que ocupam as posições dominantes. Para mais detalhes, cf. BOURDIEU, 2004:70-71.

Quem pode falar pela Maré? Qual o mediador entre a opinião pública local e o poder público?<sup>28</sup> Parece-me, neste caso, que o jornalismo cidadão de base comunitária tem um papel importante a cumprir. E ainda que o Ceasm seja uma associação civil formada por moradores e ex-moradores das comunidades, o fato de a Maré ser um complexo de origens heterogêneas<sup>29</sup> e constantes disputas internas (seja por conta do tráfico ou em busca de representatividade nas associações de moradores do bairro) dificulta a formação efetiva de um emissor “autorizado” – autorizado por quem? por que comunidades? Nesse sentido, as iniciativas de capacitação do Ceasm, do Observatório de Favelas e de outras ongs e associações que atuam na região não escapam à lógica da impessoalidade, segundo o critério do mérito, ressaltado por Bourdieu. Mais ainda: não escapam à definição do crítico, segundo Adorno, para quem o crítico é crítico por *exercer a crítica*. Mas é importante, de toda forma, salientar aqui o sentido de agência e o aspecto da *accountability*, para os quais aponta o jornalismo cidadão, estimulando, como falei anteriormente, o ativismo e a participação.

Por último, o jornalismo cidadão de base comunitária proporciona a aproximação entre o jornalista e os consumidores de conteúdo informativo, numa escala reduzida, quase “íntima”. Não só pela proximidade real entre as vivências do emissor e do receptor, mas pelo próprio conteúdo veiculado: os jornais União da Maré e O Cidadão, por exemplo, trazem em suas páginas internas uma série de anúncios de profissionais liberais (dentistas, mecânicos) e do comércio local (sapatarias, armarinhos, lan houses). Os anúncios veiculados, portanto, além de fonte de receita para o

---

<sup>28</sup> Ainda que pretendamos não ser necessário um único agente a falar de modo autorizado por uma comunidade, o modelo todos-um me parece demasiado cru para que dispense o papel de um mediador.

<sup>29</sup> São muitas as acusações de que o Ceasm não representa da mesma forma as 16 comunidades do complexo, privilegiando em suas ações algumas das localidades, como as comunidades do Timbau e da Baixa do Sapateiro. A justificativa de Carlinhos para esta postura está no fato de que a história da ocupação nessas áreas é anterior, portanto, teria mais “apelo” [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral]

empreendimento, são trabalhados como uma “oportunidade de familiarização do público com o anunciante”<sup>30</sup>. A identificação do morador, não só com as pautas, mas com as oportunidades anunciadas no veículo, é imediata.

### **Alagados, Trenchtown, Favela da Maré**

A Maré é uma invenção<sup>31</sup>. Um bairro popular criado ao longo dos últimos 70 anos e consolidado por força de decreto municipal<sup>32</sup>. O termo Maré aparece por conta dos relatos de que Dona Orosina Vieira, primeira moradora da área, recolhia tábuas e pedaços de madeira trazidos pela maré e os utilizava para construir sua casa. O mito de origem é reforçado a partir das décadas de 1960 e 1970 com a emblemática imagem das palafitas sobre as águas fétidas da Baía de Guanabara, como símbolo da miséria nacional, mais tarde alardeada na canção dos Paralamas do Sucesso, que a comparava com Trenchtown (literalmente, *cidade-trincheira* ou *cidade-esgoto*), região da Jamaica em que viveu Bob Marley, e com a favela de Alagados, em Salvador, que inclusive apresenta aspectos identitários semelhantes aos da Maré: barracos sobre palafitas, diversas favelas congregadas sob uma denominação abstrata – “Alagados”.

Maré é também o nome de uma das áreas da própria Maré: chama-se Parque Maré a comunidade que surge no início da década

---

<sup>30</sup> Cf. Projeto apresentado ao Programa de Mecenato do Ministério da Cultura [2005-6].

<sup>31</sup> Cláudia Rose Ribeiro da Silva [2006:29-30], apropriando-se da noção de “tradição inventada” de Eric Hobsbawm, discute em sua dissertação de mestrado a memória e a história da Maré, a partir do que ela chama de “a invenção de um bairro”: “Ainda que a invenção do bairro da Maré não se estabeleça enquanto uma tradição, isso não afeta a importância deste estudo, pois meu objetivo não foi avaliar a viabilidade dessa ‘invenção’, mas sim analisar e compreender a complexidade e a dinâmica do processo que tenta instituí-la”. Tomo aqui, portanto, emprestadas as suas palavras. Sobre o uso que fazemos do termo “invenção”, sugiro também cf. HOBBSAWM, 1984a.

<sup>32</sup> As primeiras ocupações na Maré urbana datam da década de 1940, na então Praia de Inhaúma, subindo pelo Morro do Tybau. A Maré foi reconhecida como bairro a partir da Lei Municipal nº 2.119, de janeiro de 1994, embora já desde 1988 constituísse, sozinha, a XXX Região Administrativa da cidade.

de 1950 em região próxima à Avenida Brasil [JUNG, 2007]. Como outras tantas favelas no Rio de Janeiro, quiçá do Brasil, a Maré é formada por um conjunto de comunidades de origens heterogêneas e condições sócio-culturais distintas umas das outras. Nas palavras de Ernani Alcides Alexandre da Conceição, morador da comunidade Nova Holanda, entrevistado pelos pesquisadores Mario Grynszpan e Dulce Pandolfi [GRYNSZPAN; PANDOLFI, 2003:169.], “A unidade [das comunidades em torno da idéia de um complexo de favelas] é dada pelo fato de estarem todas imprensadas entre a Linha Amarela e a avenida Brasil”. Com efeito, hoje, a Maré é cruzada por um H rodoviário – localizando-se entre as Linhas Amarela e Vermelha e a Avenida Brasil, as três principais vias que interligam o Rio – e limitada pelo Canal do Cunha ao sul, pelo Rio Irajá ao norte e pela Guanabara ao leste. A posição urbana é privilegiada se pensarmos na importância da hidrografia e de vias expressas e estradas de rodagem na constituição de vilarejos e agrupamentos humanos. Mas, à parte de suas condições geográficas, as 16 comunidades que conformam o bairro Maré são não mais do que isto: comunidades que conformam o bairro Maré.

Com origens independentes e em períodos históricos distintos, estas comunidades só passam a ser reconhecidas oficialmente como *Maré* em fins da década de 1980. Entre os moradores da área, ainda há certa relutância em acatar o denominador comum. A Maré, como justifica Cláudia Rose [SILVA, 2006] em sua dissertação e corrobora Carlinhos [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008] em seu depoimento, foi forjada politicamente quando da última grande intervenção que sofreu financiada pelo poder público, durante a gestão do prefeito Cesar Maia. Portanto, Cláudia Rose e Carlinhos afirmam, a *Maré* é uma “imposição” [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008]. E completam, dizendo que o papel do Ceasm é justamente lutar por uma apropriação desta representação pela própria comunidade<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> No depoimento de Cláudia Rose a Adolfo Samyn Nobre de Oliveira [2003], ela diz “Na verdade a gente tem uma orientação aqui dentro do CEASM que é de sempre estar trabalhando a categoria bairro. Não que a gente ache que a Maré seja um de fato um bairro [sic], porque essa categoria na verdade ela foi imposta de cima para baixo, foi

Adolfo Samyn Nobre de Oliveira [2003], ao analisar a pesquisa histórica de Carlinhos [VIEIRA, 2002] sobre a Maré, conclui que havia ali uma clara intenção de construir de maneira consistente “a noção de que, de fato, a história do Brasil e da cidade do Rio de Janeiro passavam incontestavelmente pela história da Maré”. Com efeito, o trabalho de Carlinhos se inicia ainda na Pré-História brasileira, narrando a ocupação da região, e segue para a chegada dos Tupinambás e o encontro com os colonizadores portugueses no século XVI. Discursando sobre o período colonial e o período imperial sempre mantendo o foco nas regiões circunvizinhas (Inhaúma, Bonsucesso, Ilha do Governador), ele chega até meados da década de 1930, quando narra a epopéia de Dona Orosina, tida como a primeira moradora do Timbau<sup>34</sup>. O mito da “mãe fundadora”<sup>35</sup> [OLIVEIRA, 2003:45] é inspirado em trecho do livro *História do Morro do Timbau*, do urbanista e antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos, escolhido para ser destacado já na primeira exposição de banners sobre a história da Maré produzida pelo Ceasm<sup>36</sup>. No trecho e na pesquisa de Carlinhos, a primeira ocupação no Morro do Timbau aparece como resultado de um “passeio de domingo”, em que “uma mulher inteligente” e seu marido “se apaixonaram pelo local”. Mais adiante, Carlinhos relata a intervenção de Dona Orosina, por volta da

---

um jogo político do César Maia que colocou, em noventa e quatro: ‘a Maré agora é um bairro’. Tudo bem... Só que um bairro ele tem uma série de equipamento urbanos, culturais que na verdade a gente não tem na Maré. E enquanto bairro a gente pode estar se apropriando desta categoria numa estratégia política, para estar reivindicando isto. Então, criar uma identidade com o bairro é positivo por isso.”

<sup>34</sup> Como lembra Cláudia Rose, “É evidente que nem todos os moradores conhecem ou aceitam essa versão” [SILVA, 2006:29].

<sup>35</sup> Aqui, é interessante comparar a forma como é trabalhada a imagem mítica de Dona Orosina pelo Ceasm e a forma como foi trabalhado o “primeiro morador” da Maré, no vídeo institucional que apresentava o programa de obras do Projeto Rio. No filme, um curta-metragem com narração de Sérgio Chapelin, um senhor de cabelos grisalhos aparece recebendo a escritura de posse de seu terreno das mãos do presidente João Figueiredo e é anunciado como o “primeiro morador da Maré”.

<sup>36</sup> A exposição *Memórias da Maré* foi produzida e organizada em 2001, com base na pesquisa de Carlinhos. Ela é constituída por cerca de 20 banners, com aproximadamente dois metros de altura, suspensos por uma estrutura de PVC. Os painéis foram pensados para serem uma espécie de exposição móvel.

década de 1950, junto ao presidente Getúlio Vargas, que a recebe no Palácio do Catete após ela lhe ter enviado uma carta apontando os abusos dos militares do exército que então reclamavam a propriedade da área em detrimento de seus ocupantes.

A história recente da ocupação da área da Maré, de fato, mantém íntimas relações com a história de grandes intervenções urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro, indo desde a abertura da variante da Avenida Brasil até, mais recentemente, o programa *Morar sem Risco*<sup>37</sup>, passando também pelas reformas de Lacerda e pelas etapas do Projeto Rio. Mas a mim interessa particularmente o modo como esta história foi trabalhada por seus moradores e é trabalhada ainda hoje pela equipe do Ceasm. O mito da “mãe fundadora”, a imagem das palafitas, o carnaval dos blocos, o futebol nas comunidades, e as reformas que transportaram a favela dos barracões de madeira às casas de alvenaria são passagens que aparecem em todos os meios de comunicação da favela, sem exceção. Nesse aspecto, é curioso notar como os veículos de comunicação comunitária na área da Maré desenvolveram uma relação peculiar com a história, no sentido de que trabalham historicamente a identidade da Maré para um público receptor. Este modelo é mais evidente nas iniciativas do grupo que coordena o Ceasm, como O Cidadão e o próprio Museu da Maré, mas também está presente, por exemplo, no discurso do jornal União da Maré.

Em uma comunidade que busca repetidamente sua inserção no cenário político, econômico, social e cultural carioca, e marcada

---

<sup>37</sup> “O Programa Morar Sem Risco atua na transferência e reassentamento em local seguro de famílias removidas de áreas de risco. A ocupação, o desconhecimento dos critérios técnicos de construção e a agressão ao meio ambiente colocam em risco a vida destas famílias.

“Nos últimos 9 anos, o Morar Sem Risco reassentou cerca de 12.639 famílias (52,5 mil pessoas) que moravam em locais de risco, principalmente embaixo de viadutos. O Programa também teve atuação significativa nos reassentamentos do Favela-Bairro”. Para mais detalhes, cf. *Morar sem Risco*. In: **Secretaria Municipal do Habitat**. Disponível em:

< [http://www.rio.rj.gov.br/habitat/msem\\_risco.htm](http://www.rio.rj.gov.br/habitat/msem_risco.htm)>. Acesso em: 6 de abril de 2008.

sobretudo por uma cobertura midiática voltada para questões de miséria e violência, o estudo dos projetos de comunicação comunitária pode ajudar a compreender erros e acertos na articulação política dos movimentos sociais da favela. Entre as várias experiências de jornalismo comunitário realizadas na Maré, há sucessos e naufrágios. É sinal de que não há fórmula mágica para a implantação de um modelo de jornalismo cidadão vitorioso em todas as circunstâncias. Segundo André Luís Esteves Pinto [2004:103], o jornal O Cidadão – de nome bem emblemático para esta pesquisa, diga-se de passagem – “é apenas uma experiência que se justifica pelas condições históricas, políticas, técnicas e sociais disponíveis no tempo-espaço de sua existência. Um jornal no Alemão, na Mangueira ou em Mangueiros seria outro projeto. Comunicação Comunitária não tem fórmulas pré-fabricadas... talvez princípios” [PINTO, loc. cit.].

### **Favela, comunidade, complexo, terminologias a adotar**

as pessoas de uma forma geral, aqui na Maré, não vêem como bairro [...]. Das pessoas mais antigas e que não têm participação política, elas não vão ter uma visão de Maré, ou uma participação política [...], assim da igreja católica que tinha essa influência que era uma matriz e capelas em cada comunidade e tudo era Maré. Então, tem algumas pessoas que vão ter essa idéia que a Maré é esse coletivo de comunidades, tem algumas pessoas que não vão nem saber o que é Maré. Você vai dizer Maré e elas vão falar ‘não, aqui é o Timbau’.  
[Cláudia Rose Ribeiro da Silva apud OLIVEIRA, 2003:52]

Ao leitor menos atento, pode parecer indiscriminado o uso das categorias favela, comunidade, complexo e mesmo bairro, nas instâncias deste trabalho e no próprio discurso dos atores da Maré. Contudo, a experiência de campo até aqui me fez refletir sobre o que Cláudia Rose chama a atenção na passagem acima, e compartilho com ela a idéia de que há claramente um uso político por detrás da

noção da Maré como um “coletivo de comunidades”<sup>38</sup>. Insisto, portanto, em chamar a todas de “comunidades” – ciente dos riscos que a terminologia me implica – pela articulação da categoria “comum” em relação à categoria “privado”.

Quanto a este aspecto, o aporte do feudalismo, segundo Habermas [2003:19-24], fez se inverterem as noções do direito germânico e do direito romano. O homem comum passa a ser designado como o homem privado, enquanto o bem comum era dito público, de todos. Ainda nesta última acepção, o privado é o que se encontrava privado do aparelho do Estado. A comunidade, no sentido que utilizo, portanto, é por extensão uma instância do homem privado, do homem comum. Cada uma das comunidades da Maré é uma unidade independente, uma unidade, por si, privada – e privada, por que não?, no sentido também de que é mantida à parte do poder público<sup>39</sup>. A terminologia ainda me é útil em outros sentidos.

---

<sup>38</sup> Embora seja citada por Adolfo Samyn Nobre de Oliveira utilizando-se desta expressão, em sua dissertação, Cláudia Rose procura justificar seu uso da noção de “localidades”, em vez de “comunidades”, apoiando-se em parte em Leeds [1978, apud SILVA, 2006:19], e explicando que o termo “comunidade” é recorrente no discurso dos moradores entrevistados para a pesquisa, motivo pelo qual a distinção poderia facilitar o diálogo com a categoria nativa. (Não há referência exata sobre o texto citado por Cláudia Rose, mas tudo indica se tratar do clássico estudo de LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.)

<sup>39</sup> Ainda que dez das dezesseis comunidades tenham tido sua ocupação planejada e incentivada pelo próprio poder público [cf. p. ex. JUNG, 2007], as intervenções do governo, seja em esfera municipal, estadual ou federal, nas circunscrições das favelas cariocas podem ser caracterizadas por variações de quatro linhas de atuação [BURGOS, 2006; cf. tb. Maria Lais Pereira da SILVA, 2005]: a primeira (prevalente até a década de 1940), que encara a favela como um problema sanitário, que deve ser contido pelo “incômodo que causava à urbanidade da cidade”; a segunda (prevalente a partir da década de 1960), que vê a favela como um problema moral, favorecendo a intervenção da igreja e de instituições religiosas; a terceira (décadas de 1970 e 1980), que vê a favela como um problema político, apontando para o controle e cooptação das associações de moradores pelo estado; e a quarta (décadas de 1990 e 2000), que encara a favela como um problema urbanístico e de competência da municipalidade. Ainda que a presença do Estado tenha se intensificado ao longo dos anos, privilegiando a lógica da urbanização em detrimento da lógica brutal da remoção, o que se depreende é que a favela, de modo geral, ainda é um espaço de “carências” estruturais.

Entendido “comum” como vulgar, trivial, ordinário, comunidade pode se adequar muito bem à compreensão de um bairro popular. Por outro lado, não descarto o entendimento de que, como bem comum, cada comunidade guarda em si características que conformam um aspecto identitário único e que as distinguem de outras comunidades.

Para definir o que seria uma comunicação comunitária, Raquel Paiva [2007:134] cita as idéias de Maurice Blanchot<sup>40</sup>, para quem a finalidade da comunidade é o reconhecimento da nossa origem e da nossa morte. A pesquisadora ainda lembra Ferdinand Tönnies [apud PAIVA, 2007:135], que traça três possibilidades de vida comunitária: a consangüínea, formada através de laços de parentesco; a de proximidade, pela vizinhança; e a espiritual, “atravessada pelos interesses, sentimentos, afetos em comum”. Não há, segundo Tönnies, hierarquização entre estas três vias e não raro a vida comunitária perpassa todas elas. Creio que, diante deste quadro, a compreensão do que se distingue e do que se assemelha entre as 16 comunidades do Complexo da Maré torna-se mais palpável.

Falo em um “complexo”, evidentemente para ressaltar sua complexidade. No entanto, reconheço a carga do termo. É para fazer a distinção entre “estruturas supralocais” e “microáreas” que Marcos Alvito [2006:185] aponta que “o termo ‘complexo’, hoje amplamente utilizado para designar grupos de favelas [...] é originário do vocabulário penal: ‘Complexo Penitenciário Frei Caneca’, por exemplo, engloba diferentes ‘instituições penais’ como a Penitenciária Milton Dias Moreira, a Lemos Brito e o Hospital Penitenciário.” Minha utilização do termo obviamente atende a uma necessidade sociológica de estabelecer fronteiras e interseções de um complexo cultural como o da área da Maré. Quando entendo evidenciar a estrutura supralocal que abrange as dezesseis comunidades é que então denominarei de Complexo da Maré a favela que segue do

---

<sup>40</sup> O texto de Blanchot que a referencia é BLANCHOT, Maurice. *La communauté inconfessabile*. Milão: Feltrinelli, 1984. Na passagem seguinte, não há menção a qual texto de Tönnies serviu de referência à sua citação.

Conjunto Esperança ao Centro Social Marcílio Dias. Nos demais casos, usarei propositamente a categoria favela, para afirmar o uso que os próprios moradores, em sua maioria, consagram, despindo-o tanto quanto o faço com a categoria complexo do seu entendimento pejorativo mas o imbuindo de uma carga política que vai ao encontro de suas reivindicações junto ao poder público. É Burgos [2006:30-1] quem lembra que “Com presença informal no mercado de trabalho e, portanto, desconectada da luta operária, a categoria *favelado* emprestava uma identidade coletiva aos excluídos, dando-lhes maior possibilidade de lutar por direitos sociais.” Assim, este uso é admitido conscientemente pelos moradores nos momentos em que questionavam as condições de vida em suas localidades, ainda que no dia-a-dia seja reiteradamente rejeitado, pela carga negativa que ostenta. As oscilações entre a aceitação e o desprezo são algo que particularmente me interessa na análise que ora desenvolvo. A elas, retornarei mais adiante, no momento em que me debruçar sobre o discurso dos meios de comunicação, em especial, me detendo na instrumentalização destas categorias pelos editores do jornal União da Maré, já no início da década de 1980.

### **Definição burilada do objeto e procedimentos de análise**

A partir das dificuldades surgidas na sempre frágil aproximação entre pesquisador e objeto de pesquisa sobretudo em quadros etnográficos, e dado o tempo de pesquisa para a execução de uma dissertação de mestrado, tempo este que na prática se mostrou exíguo, foi imperioso que o recorte do objeto fosse melhor delimitado, de modo que me pareceu inviável cobrir todos os meios de comunicação comunitária nas 16 comunidades que conformam a área da Maré. Assim, a fim de cobrir o maior espaço possível e de distingui-los por nível de importância no aspecto que ora analiso, qual seja, a construção de uma identidade comum a partir do modelo de participação cidadã nos meios de comunicação, me propus a trabalhar com seis veículos especificamente, sendo dois impressos, dois radiofônicos e outros dois que optei denominar de multimídia.

São, portanto, seis meios de comunicação sempre trabalhados em conjunto, a partir de três pares comparativos, sobre os quais falarei em seguida. Antes, comentarei brevemente o mapeamento inicial desses veículos surgidos ao longo das últimas três décadas na Maré, que, sem dúvida, me levou a selecionar algumas das iniciativas que entendo por mais representativas dessa dita experiência jornalística cidadã.

Entre os autores que têm trabalhado diretamente com a Comunicação na Maré, André Luís Esteves Pinto e Carla Baiense Felix, vinculados à linha de pesquisa em comunicação comunitária da Eco-UFRJ, analisaram detidamente o jornal O Cidadão. O jornal O Cidadão, que inicia suas atividades em 1999, traz o slogan “o jornal do bairro Maré”<sup>41</sup>, indicando claramente como trabalha a “identidade” e o “senso de pertencimento” de seu público<sup>42</sup>. A equipe de O Cidadão é formada por alguns poucos profissionais de jornalismo e jovens da Maré, entre universitários e alunos do curso de pré-vestibular do Ceasm. Há uma proposta de capacitação dos jovens e os anúncios veiculados, além de fonte de receita para o empreendimento, são trabalhados como uma “oportunidade de familiarização do público com o anunciante” e “ajudam à identificação do jornal ao cotidiano da Maré”<sup>43</sup>. Nas páginas internas, as constantes referências ao *mareense*, o perfil de um morador a cada edição e a contracapa com a coluna sobre as “Memórias da Maré” assinada pela Rede Memória dão uma noção de como opera o jornal comunitário. Todas as etapas de produção são realizadas na favela e o jornal é

---

<sup>41</sup> “Em termos político-estratégicos, a concepção de bairro para a região foi adotada pelo Ceasm por permitir pensar a Maré num sentido global – mesmo sabendo ser uma criação artificial e sem discussão política. [...] O Cidadão apresenta vários exemplos desse processo de construção de identidade. Um caso que vale ser citado é um termo inventado [...] pelo jornal para se referir ao morador: é a palavra *mareense*.” [PINTO, 2004:129-30].

<sup>42</sup> As expressões foram retiradas do projeto *O Cidadão* apresentado ao Programa de Mecenato do Ministério da Cultura [mimeo, 2005-6].

<sup>43</sup> Cf. projeto apresentado ao Programa de Mecenato do Ministério da Cultura [mimeo, 2005-6].

viabilizado através de uma parceria com a editora Ediouro, para a impressão da tiragem de 20 mil exemplares.

Antes dessa iniciativa, o jornal da ong Maré Limpa, que atuava nas áreas da saúde e do meio ambiente [PINTO, 2004] teve vida curta. Um dos casos que selecionei para estudar, o jornal União da Maré, que circulou entre 1980 e 1983 e era mantido por moradores do Parque União, é citado por Cláudia Rose Ribeiro da Silva em sua dissertação *Maré: a invenção de um bairro* [SILVA, 2006:106] como o “primeiro instrumento de comunicação dos moradores a trabalhar a concepção de um bairro a partir das localidades da área da Maré” e a afirmar “a idéia de uma área global, formada por diversas localidades, unidas não apenas pela geografia, mas principalmente pelas questões políticas que faziam parte de uma agenda comum”. O União da Maré fornece pistas não só sobre a organização e redação de suas edições, mas sobre a circulação de outros impressos que lhe eram contemporâneos. Nos textos do jornal, há referências a um outro impresso, intitulado O Favelão, coordenado pela Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio e que envolvia grupos de diversas comunidades, não apenas da Maré; e a um “jornalzinho” produzido pelo Grupo Jovem da Nova Holanda – trata-se do Jornal da Chapa Rosa, um panfleto organizado pela chamada chapa rosa, um grupo liderado por Eliana Sousa Silva, ex-presidente do Ceasm e ex-coordenadora da Rede Educação. A Chapa Rosa, assim conhecida por menção à participação feminina em seu núcleo, assumiu em 1984 e até 1988, a Associação de Moradores da Nova Holanda, após um período conturbado de administração da Fundação Leão XIII, e realizou uma série de transformações no espaço da comunidade [cf. CARVALHO, 2005]. Para divulgar suas idéias, da mesma forma que o União da Maré procurava divulgar suas críticas ao Projeto Rio, é que o grupo decidiu criar o jornal.

O que se observa com alguma facilidade é que, em geral, projetos de comunicação comunitária, por razões de se apresentarem claramente como projetos políticos, costumam estar de algum modo vinculados a ongs, associações de moradores, partidos políticos ou

instâncias religiosas. É o caso, por exemplo, de O Cidadão, idealizado pelo grupo que fundou o Ceasm; do jornal Nova Amace, da associação de moradores do Conjunto Esperança [PINTO, 2004]; mas também de meios não-imprensa, como a rádio Maré FM, que foi por um período vinculada à Associação de Moradores do Morro do Timbau; a Rádio Devas, mantida pela ong de mesmo nome<sup>44</sup>; a rádio de caixinha<sup>45</sup> Ebenezer, cujo diretor é o pastor evangélico Antônio Carlos, o Mininho; e mesmo a TV Maré, um projeto idealizado inicialmente pela Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro<sup>46</sup> e

---

<sup>44</sup> A ONG Devas “iniciou seus trabalhos em 1998, a partir de um grupo de mulheres jovens e adultas portadoras de hipertensão atendidas por um programa de saúde da Prefeitura do Rio de Janeiro. Inicialmente, a iniciativa incluía apenas o auxílio médico. [...] Naturalmente, as atividades se ampliaram para o público adolescente. A partir daí, foi criado o Grupo de Dança Afro, de Percussão e de Teatro e o projeto *O futuro é hoje*, para trabalhar a prevenção da gravidez precoce, as doenças sexualmente transmissíveis, HIV/AIDS, uso e abuso de drogas e violência de gênero.” Para mais detalhes, cf. *Devas*. In: **Devas – Desenvolvimento de Projetos Comunitários**. Disponível em:

<<http://www.devas.org.br>>. Acesso em: 30 de março de 2008.

<sup>45</sup> A Maré conta hoje com quatro rádios de caixinha em funcionamento: a Rádio Pirata (60 caixinhas espalhadas pelas comunidades da Praia de Ramos e Roquete Pinto), a Rádio Transmania (50 caixinhas espalhadas a partir da Vila do João por mais três comunidades), a Rádio Ebenezer (com 20 caixinhas espalhadas pelo Parque União) e a Rádio Comunidade (instalada na Rua Teixeira Ribeiro, na Nova Holanda). Informações sobre essas rádios podem ser conferidas tb. na edição 22 do jornal O Cidadão (julho de 2002), em artigo intitulado *Na onda das rádios de caixinha*.

<sup>46</sup> “A Cáritas Brasileira faz parte da Rede Caritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi criada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal.

“Atua com diversas cores e sotaques, com uma mística e um trabalho ecumênicos. Seus agentes trabalham junto aos excluídos e excluídas, muitas vezes em parceria com outras instituições e movimentos sociais. [...]”

“Fundada pelas mãos de Dom Hélder Câmara, então secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 12 de novembro de 1956, a Cáritas nasce com os objetivos de articular nacionalmente todas as obras sociais católicas e coordenar o Programa de Alimentos doados pelo governo norte-americano por meio da CNBB.” Para mais detalhes, cf. *Quem somos*. In: **Cáritas Brasileira**. Disponível em:

mantido pelo mesmo grupo que tomaria parte na criação do Ceasm anos depois. Apenas no caso de algumas rádios comunitárias, entre rádios de antena e de caixinha, é que não se pode encontrar vinculação social, política ou religiosa aparente. O modelo de negócios e administração dessas rádios, contudo, é o que está mais próximo de questionar a lógica da comunicação comunitária, na medida em que se constituem como veículos privados localizados na comunidade. Mesmo a Maré FM, um dos casos que estudei a seguir e que foi fechada pela Polícia Federal em fins da década de 1990; a Rádio Progressiva FM, que deu origem à Associação Comunitária e Escola de Rádio Progresso (Acerp), com programação voltada para o público jovem [cf. PINTO, 2004; SILVA, 2008]; ou rádios de caixinha como a Rádio Pirata, da Praia de Ramos, e a Rádio Transmaná, da Vila do João, são experiências que ficam numa espécie de meio do caminho entre a comunicação comunitária e os veículos comerciais.

Para além do impresso e do radiofônico, em se falando de meios comunitários, os veículos audiovisuais são mais restritos, uma vez que o preço dos equipamentos e a falta de capacitação técnica para operá-los constitui uma forte barreira a este tipo de experiência. Contudo, no caso da Maré, a proposta de uma atividade de vídeo popular teve o incentivo inicial da Cáritas e acabou culminando no grupo da Sociedade Cultural TV Maré, que produzia pequenos programas em VHS sobre o cotidiano da favela e os apresentava aos moradores em reuniões públicas, acabou se tornando referência em muitos sentidos e, de certa forma, pode ser considerada o embrião do Museu da Maré, já que o grupo que o coordena engloba alguns dos realizadores do antigo projeto de tevê comunitária. Pela proximidade ideológica entre as propostas da TV Maré e do Museu da Maré, optei por iniciar meu trabalho com uma análise dos livros de registro dos visitantes e de sugestões e impressões sobre o museu, cujas cópias obtive junto ao Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan, com autorização expressa da coordenação da Rede Memória.

Naquele momento, compreendi que trabalhar com o museu como uma ferramenta de comunicação era mais do que inevitável, era imprescindível. Não só pela proximidade surgida a partir do trabalho desenvolvido por meu pai e pelo grupo que envolvia Carlinhos, Cláudia Rose e Luiz Antônio, mas também pelo alcance midiático obtido pelo Museu da Maré, no debate veiculado na imprensa sobre o primeiro museu em favela. O fluxo intenso de visitantes das próprias comunidades da área da Maré, a experiência sensorial de vivenciação e “decodificação” – uma evidente aproximação no sentido de que ambos trabalham como se se houvesse operado um deslocamento no tempo e no espaço (meios também de transporte) – e a continuidade que de certo modo o museu representa para as atividades da TV Maré me fizeram acreditar que seria importante tratá-los comparativamente, razão pela qual optei classificá-los em uma categoria comum, a que denominei de multimídia.

A partir daí, concentrei meus esforços em selecionar os demais pares de análise. Entre os jornais impressos, escolhi me deter sobre O Cidadão por se tratar, possivelmente, do mais bem-sucedido caso de jornal comunitário hoje em plena operação, circulando há praticamente dez anos. Pela sua vinculação com o Ceasm, O Cidadão claramente é devedor da experiência do Jornal da Chapa Rosa e também das idéias levantadas pelo grupo da TV Maré. Por isso, com o objetivo de aumentar a abrangência de minha análise, escolhi tratar também do jornal União da Maré, cujas edições solicitei e obtive permissão para reprodução a partir dos exemplares preservados no Arquivo Orosina Vieira. Para completar a análise sobre o jornal O Cidadão, utilizei-me ainda dos trabalhos produzidos por André Luís Esteves Pinto sobre o tema [cf. bibliografia] e das edições originais do jornal, tanto as que consultei em visita ao Adv quanto as que possuo comigo.

Por fim, sobre os meios radiofônicos, optei por trabalhar com os casos da Maré FM e da Rádio Progressiva. Em determinado momento, cheguei a pensar em trabalhar também com a rádio de caixinha Trans Maré, primeira da região a trabalhar com serviço de

alto-falantes. Mas, pelas dificuldades de acessar seus realizadores e de encontrar fontes de pesquisa que me auxiliassem nesta tarefa, optei por abandonar este caso para concentrar-me no curioso imbróglio que envolveu as concorrentes Maré FM e Progressiva, ambas rádios de antena que operaram ilegalmente em meados da década de 1990. Surgida em 1995, a Maré FM se manteve inicialmente vinculada à Associação de Moradores do Morro do Timbau e mais tarde se tornou independente. Com uma programação bastante organizada e um modelo que se aproximava cada vez mais das rádios comerciais, ela concorria com pelo menos outras três emissoras da região, entre elas a Rádio Progressiva FM. Em 1999, foram recebidas seguidas denúncias anônimas acusando a Maré FM de estar operando irregularmente, acima da potência permitida, e, após uma investigação da Delegacia Regional do Ministério das Comunicação (DRMC), a rádio foi fechada pela Polícia Federal em uma operação em conjunto com fiscais da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que resultou na prisão em flagrante de seu operador de áudio e na apreensão dos equipamentos de transmissão. O processo foi julgado em 2005, com a absolvição do acusado. A rivalidade entre as duas rádios, no entanto, se faz presente ainda hoje, no momento em que a Associação Comunitária e Escola de Rádio Progresso (Acerp) acaba de adquirir, em 2007, do Ministério das Comunicações autorização de funcionamento para operar com nome e frequência que antes eram utilizados pela Maré FM (105,9MHz).

Assim, escolhi referenciar-me na passagem do Gênesis bíblico (“No princípio era o *verbo*”) e nos versos de MacBeth (a vida é “uma estória, contada por um idiota, cheia de *som* e *fúria*, significando nada”) para compor minha estratégia metodológica de repartir nesses três pares minha análise. Definidos os casos com que iria trabalhar, optei por organizá-los todos em uma seqüência não-cronológica, ressaltando a comparação um a um e os três ramos de atividade, de modo que teria liberdade para me reportar a experiências correlatas a qualquer tempo no decorrer da dissertação. Desta forma, lancei mão da origem tecnológica destes meios – imprensa escrita (século XVI),

rádio (início do século XX) e televisão (década de 1940) – para trabalhar, no primeiro par (o *verbo*), os jornais União da Maré e O Cidadão; no segundo par (o *som*), as rádios Maré FM e Progressiva FM; e, no terceiro par (a *fúria*<sup>47</sup>), a TV Maré e o Museu da Maré. Foi assim que cheguei às partes em que divido esta dissertação, partes que, em essência, estão interrelacionadas, mas que, por se distinguirem, reforçam o caráter hipertextual de que pretendi lhes imbuir.

\*\*\*

Para investigar a hipótese central do projeto que culminou nesta dissertação e empreender minha investigação em campo, concentrando-me sobre os estudos de caso apresentados acima, prossigo com uma pesquisa documental em conjunto com uma série de entrevistas com lideranças comunitárias e alguns dos principais atores envolvidos na produção, no planejamento e na gestão desses meios de comunicação comunitária. Em alguns momentos, foi necessário recorrer não somente a estes métodos, como também à observação participante – que me permitiu constituir uma relação de confiança e abrir o leque de possíveis contatos para a evolução da pesquisa. Na medida do possível, reforço ainda a análise com um subseqüente acompanhamento do noticiário à época na grande mídia e uma contextualização histórica e social do período relatado.

Meu trabalho é essencialmente de caráter qualitativo, mas julgo que ele possa compreender etapas de análise quantitativa de dados, como por exemplo foi o caso do capítulo em que trato do livro de registro dos visitantes do Museu da Maré. Não só nos dados estatísticos do Censo Maré 2000, mas também em etapas qualitativas da pesquisa, tenho podido me valer de uma série de documentos produzidos pelo Ceasm, como o livro de *Instituições do bairro Maré*:

---

<sup>47</sup> A *fúria*, aqui, obviamente em um sentido metafórico, busca representar o contato sensorial e a experiência de vivenciação levados a cabo a partir da multimidialidade da TV Maré como do Museu da Maré. Estou, é claro, usando o termo em um juízo poético, tal como MacBeth na clássica tragédia de Shakespeare, sem qualquer menção de interpretação pejorativa.

*dados gerais* [CEASM, 2003a], o *Livro de contos e lendas da Maré* [CEASM, 2003b] e as próprias edições do jornal O Cidadão.

A pesquisa documental a que me refiro tem lugar sobretudo no acervo do Arquivo Orosina Vieira (Adov), já parcialmente organizado pela equipe do Ceasm, e é complementada por dados empíricos levantados em teses e dissertações, além de informações colhidas em arquivos e bibliotecas públicas, como a Biblioteca Nacional (BN), e com os próprios entrevistados. No Adov – sobre o qual Cláudia Rose comenta destacando “o quanto é necessária uma política que favoreça a organização de arquivos populares e comunitários” [SILVA, 2006] –, tive oportunidade de levantar as edições dos jornais União da Maré e O Cidadão, além de materiais impressos, de áudio e vídeo relativos ao meu interesse de pesquisa, em especial alguns dos programas editados e vídeos brutos produzidos pelo grupo da TV Maré, e documentos sobre a história da região de modo geral, que muito auxiliaram em minha pesquisa. Também no Adov, cujo acervo foi inteiramente constituído de doações de moradores e reproduções de materiais de arquivos públicos, obtive autorização para digitalizar e/ou reproduzir documentos do próprio arquivo para consulta pessoal. Por ainda não estar inteiramente inventariado e por contar com apenas um profissional arquivista e dois outros jovens auxiliares, tive algumas dificuldades iniciais em reconhecer o material com o qual eu estaria trabalhando. Mas a imersão mais profunda no campo, nesse sentido, me valeu uma intimidade maior com os responsáveis pelo arquivo, de modo que meu acesso acabou aos poucos sendo facilitado. Entrevistados, como Alceu José da Silva (o Teteu), e contatos de campo, como Luiz Antônio Oliveira, foram também importantes para me indicar ainda vias outras de acesso a documentos fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Por último, pensando na prática da história oral como produção de fontes que me auxiliariam no processo de pesquisa e mapeamento histórico dos meios de comunicação comunitária da Maré, sobretudo no que tange aos meios radiofônicos e televisivos,

como é o caso das rádios comunitárias e da TV Maré, uma vez que a informação sobre estes meios naturalmente era mais escassa, as entrevistas serviram para esclarecer razões que a análise documental não me satisfiz. Seguindo, portanto, uma metodologia de entrevistas temáticas de história oral, procurei levantar, na medida do possível, a história de vida de cada um dos entrevistados até que tal história culminasse em sua participação nos meios de comunicação em que ora me detenho. Estas fontes constituídas somaram ao esforço da pesquisa a memória da própria comunidade – passo importante, sobretudo no que tange aos meios radiofônicos e televisivos, cujo produto jornalístico não se materializa em fontes impressas e cujos suportes materiais (fitas cassete e VHS) exigem condições de armazenamento muitas vezes não contempladas<sup>48</sup> por seus mantenedores.

Quero crer que, apoiados em extenso levantamento teórico-bibliográfico, estes dados empíricos darão conta de trazer à luz a questão do jornalismo cidadão de base comunitária, o que, ao meu ver, proporcionará um entendimento maior sobre o papel do jornalista como equivalente ao de um “cidadão profissional”; que faz de seu ofício o exercício de cidadania que os outros potenciais cidadãos não conseguem (ou não se interessam por) efetivar” [LATTMAN-WELTMAN, 1992:125-6]. A relação entre o ethos jornalístico, que define critérios de noticiabilidade, e a accountability, tanto no sentido de prestação de contas do poder público ao jornalista quanto de prestação de contas do jornalista à opinião pública, encontram nesta pesquisa um dos focos principais de atenção. No instante, portanto, em que sou colocado diante de um esforço de consolidação de uma identidade *mareense* como uma tática de apropriação política e cultural de um determinado grupo, estou em verdade também me questionando sobre até que ponto este esforço pode resultar em benefícios concretos no âmbito da conquista da cidadania por parte de uma

---

<sup>48</sup> No caso da TV Maré, por exemplo, boa parte do material gravado se perdeu por conta da proliferação de fungos nas fitas magnéticas. As fitas com programas gravados da Trans Maré e da Maré FM na década de 1990, por sua vez, ainda não puderam ser localizadas.

população socialmente excluída. Em minha compreensão, e esta seria apenas mais uma hipótese de trabalho, tal tática é permeada pela necessidade de encontrar um ponto comum de origem, ainda que um ponto abstrato como a “Maré”, para só então dar vazão ao exercício ou à busca dos direitos plenos da cidadania.

Há um romantismo cultural de esquerda, cada vez mais prevalente nos estudos culturais e de mídia, que vê todas as formas de expressão cultural de origem popular [*grassroots*] como ‘resistência’, embora resistência a quê, não esteja muito claro. O problema aqui é duplo. Aceitá-las como resistência não evita o problema de que tanto as formas quanto o sucesso potencial dessa resistência podem ser determinados pelo sistema ao qual se resiste. Segundo, esta interpretação falha em levar em consideração o elemento de não-reconhecimento que Bourdieu identificou, ao meu ver precisamente, como essencial para a relativamente tranqüila reprodução de um sistema de relações sociais com base na interação de agentes inteligentes. [GARNHAM, 1999:373, tradução minha]

Concordando com Nicolas Garnham [op. cit.], prefiro me referir à experiência jornalística do “jornalismo cidadão” como uma experiência em busca do auto-reconhecimento, da construção de uma identidade própria e particular – portanto, que naturalmente se dispõe com a lógica da reprodução social do sistema –, do que entendê-la pura e simplesmente como uma forma vazia de resistência.